

«... E DAHÍ DESCEO A DAR-LHE BATALHA.»¹ A OCUPAÇÃO PRÉ-ROMANA E A ROMANIZAÇÃO DA REGIÃO DA SERRA D'OSSA (ALENTEJO CENTRAL, PORTUGAL)

Todo pasa y todo queda,
pero lo nuestro es pasar,
pasar haciendo caminos,
caminos sobre la mar.

António Machado
«Proverbios y cantares XXIX»
Campos de Castilla

Rui MATALOTO, Município de Redondo, Câmara Municipal de Redondo; Joey WILLIAMS
New York State University at Buffalo; Conceição ROQUE, Câmara Municipal de Alandroal.

Resumo: Pretende-se com este trabalho lançar uma perspectiva sobre o processo de conquista e instalação do Mundo Provincial romano na região da serra d'Ossa, perspectivado a partir dos trabalhos que temos vindo a desenvolver no sítio de origem indígena, a Rocha da Mina, e do fortim romano do Caladinho.

Summary: The aim of this work was to launch a perspective on the process of conquest and installation of Provincial Roman World in the region of Serra d'Ossa, envisaged from the works we have been developing at the site of indigenous origin, the Rocha da Mina, and the Roman fort of Caladinho.

Palavras-chave: Pré-romano, conquista, fortim. 

Key words: Prerroman, conquest, fortress.

1. A SERRA, A PLANÍCIE E OS RIOS: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A região da serra d'Ossa (RSO), tal como aqui a vamos tratar, resulta de uma criação geográfica assumidamente artificial, centrada na serra, mas que se tem vindo a enraizar enquanto área de enquadramen-

to e análise das dinâmicas de povoamento da serra d'Ossa (Calado 2001; Mataloto 2010). Assim, a região da serra d'Ossa tomada aqui como base de análise é a mesma que Manuel Calado definiu e plasmou no seu trabalho de 1995, integrando regiões naturais e paisagens diversas que têm como ponto de união a sua proximidade com a serra, que se assume como verdadeiro eixo estruturante da Paisagem e da transitabilidade inter-regional.

No contexto do Alentejo Central a serra d'Ossa desempenha um importante papel na estruturação do território ao representar o fecho entre as duas mais

¹ Excerto da Crónica dos Eremitas da Serra d'Ossa, onde se relata os feitos de Viriato, aquartelado no Monte Vénus, associado ao alto de São Gens da serra d'Ossa (Frei Henrique de Santo António 1745: 82).

importantes bacias hidrográficas do Alentejo Central, condicionando, então, transitabilidades e a própria disponibilidade de água. Por outro lado, a massa xistosa da serra d'Ossa assume-se como a verdadeira transição entre paisagens distintas, reveladoras de distintas geologias e pedologias.

Creemos que a diversidade geológica gerará a diversidade paisagística ainda hoje reconhecível na região, que condicionará, efectivamente, a própria estrutura do povoamento ao longo do tempo.

A RSO é marcada, em primeiro lugar, pela própria serra, que se estrutura essencialmente em três grandes linhas de cumeada, de sentido aproximadamente WNW-ESE, que se elevam cerca de 400m sobre a paisagem envolvente (Fig. 1). De encostas veementes de xisto, mas fácil trânsito, possibilita o controlo da transitabilidade regional, quer através das diversas portelas N-S, quer através dos caminhos naturais que se desenvolvem no seu sopé. As paisagens declivosas e abruptas do xisto prolongam-se para nascente até ao Guadiana, outro dos elementos estruturantes na região, para onde confluem as ribeiras que se desenvolvem para Oriente, fomentando a interligação entre ambos.

Para Sul e Poente desenvolvem-se as planícies graníticas, de leve ondular, caminhos fáceis e solos relativamente férteis, apenas entrecortadas por

pequenas cumeadas de xisto que encaminham, por vezes, a transitabilidade.

Para Norte surge-nos o Maciço Calcário onde, da severidade e pobreza do próprio maciço, emerge uma enorme riqueza de água e solos férteis no seu sopé, criando patamares amplos de fácil transitabilidade, favorecendo as ligações ao longo da margem norte de serra.

Esta posição chave na transitabilidade, em particular no eixo Este-Oeste, acaba por ficar plasmada no desenvolvimento da própria via romana de ligação de *L.I. Ebor a Augusta Emerita*, que atravessa este território pelo lado oeste, aproveitando parte do festo e contornando o maciço calcário, já a Norte. Pelo lado Sul da serra deveria ter-se desenvolvido uma outra via de circulação de época romana, marcada no concelho de Évora por miliários (Bilou 2005: 61), seguindo no concelho do Redondo o traçado aproveitado depois por um velho caminho medieval, que margina a serra e se dirige para a região dos mármore e para as proximidades do Guadiana (Fig. 2).

A região da serra d'Ossa, pelo seu papel de conexão entre territórios e paisagens tão díspares, resulta, segundo cremos, num interessante ponto de análise das dinâmicas populacionais dos finais do Iº milénio a.C. no território centro alentejano.

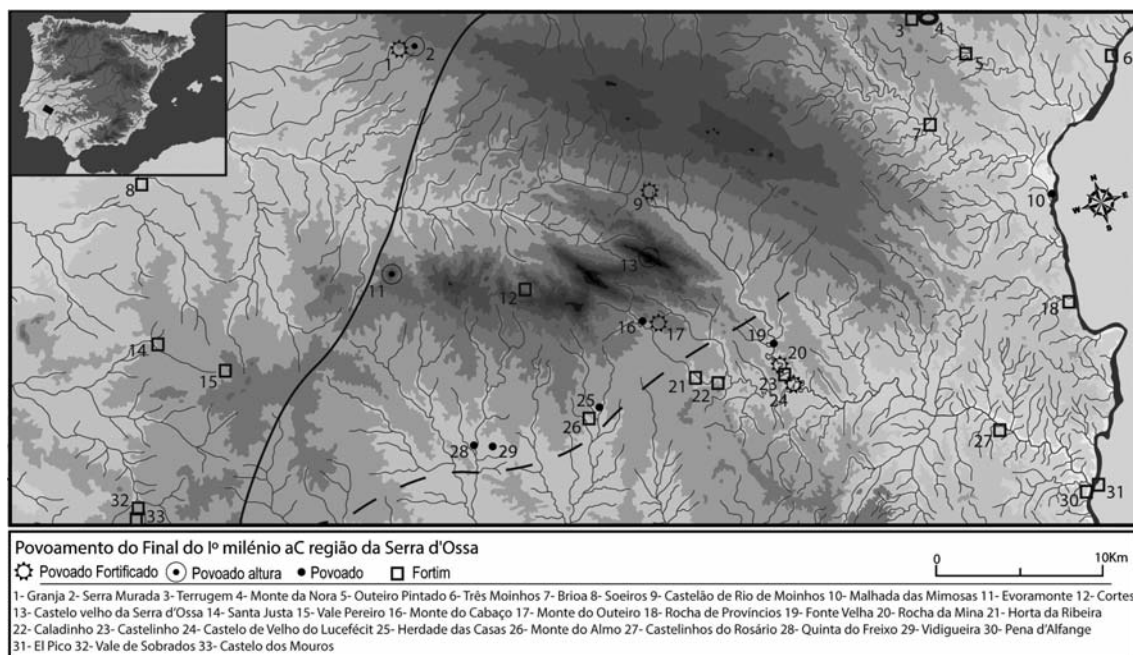


Figura 1. A região da Serra d'Ossa e o povoamento do final do Iº milénio a.C.

2. A OCUPAÇÃO PRÉ-ROMANA E OS SINAIS DA CONQUISTA

A ocupação pré-romana na envolvente da serra d'Ossa encontra-se ainda pouco documentada, apesar de ter conhecido múltiplos trabalhos de escavação, que nunca passaram de acções pontuais, com publicações bastante parcelares. Os dados disponíveis são, então, principalmente resultantes de intensos trabalhos de prospecção e sondagens pontuais, algumas com mais de 20 anos, enquanto outras resultam de trabalhos que um de nós tem vindo a desenvolver nos últimos anos. Todavia, apesar da sua escassez e limitações, apresentam-nos uma realidade diversa, com ritmos próprios, infelizmente ainda longe de dilucidados em pormenor.

Na RSO conhecemos um conjunto de povoados aparentemente fortificados que deverão ter acompanhado grande parte da diacronia da segunda metade do Iº milénio a.C., em torno dos quais se deverá ter estruturado o território, ainda que não seja simples, nem linear, como veremos, descortinar qual o verdadeiro papel coordenador destes centros.

Os grandes núcleos de ocupação conhecidos são o Castelão de Rio de Moinhos (Borba) (Calado e Rocha 1997), Monte do Outeiro (Calado e Mataloto 2001), Castelo Velho do Lucefécit (Alandroal) (Calado 1993) (Fig. 1), ambos objecto de intervenções pontuais, e o povoado da Granja (Estremoz) (Calado e Rocha 1997). Para além destes temos vindo a recolher informação sobre a grande instalação desta época documentada em Evoramonte, a qual levanta, como veremos, questões muito particulares. Estas ocupações, ainda que tenham tido, todas elas, a sua biografia específica, deverão ter sido contemporâneas, mesmo que parcialmente.

Para além destas, que parecem desenvolver diversas similitudes entre si, registou-se a presença de uma extensa ocupação numa das mais altas cumeadas da serra, onde situa o designado Castelo Velho da Serra d'Ossa, conhecido nos últimos anos apenas por povoado do Castelo (Calado e Rocha 1997; Calado e Mataloto 2001; Mataloto, Alves e Carvalho 2007).

As pequenas ocupações, de cariz rural, são escassas e muito mal documentadas na área e cronologia aqui em análise. Contudo, os escassos dados disponíveis demonstram uma realidade diversa e complexa, como veremos.

Em geral, cremos que o povoamento pré-romano da região da serra d'Ossa, genericamente desenvolvido entre os sécs. IV e meados do II a.C., foi em

grande medida contemporâneo entre si, faltando-nos, ainda, dados que permitam tecer ritmos mais precisos no tempo.

As ocupações aparentemente fortificadas, como o Castelão de Rio de Moinho, Castelo Velho do Lucefécit, Monte do Outeiro ou o povoado da Granja, a par do caso de Evoramonte, dispersam-se de um modo aparentemente pouco estruturado pelo território, situando-se principalmente junto à zona central da área de estudo (Fig. 1). Algo que fica, de algum modo, patente é adjacência a caminhos naturais, realçando-se Evoramonte, situada justamente sobre aquele que virá a ser o caminho romano de ligação à capital da futura Lusitânia. Por outro lado, também o Castelão de Rio de Moinhos e o Monte do Outeiro, o primeiro situado no festo das duas grandes bacias, junto à base do Maciço Calcáreo, e o segundo nas estribações da serra, pelo lado Sul, controlam claramente caminho naturais que permitem franquear a área montanhosa, a Norte e Sul, respectivamente. O povoado da Granja, localizado na margem do Maciço Calcáreo implanta-se, mais uma vez, junto de um importante caminho natural de ligação a noroeste, e nas imediações do outro que virá a ser aproveitado pela via romana, a nascente. A implantação do Castelo Velho do Lucefécit é mais complexa de explicitar, ao implantar-se sobre um pequeno esporão rochoso, sem visibilidade envolvente, adjacente ao final de um tramo onde a Ribeira do Lucefécit corre bastante encaixada. Todavia, talvez seja o facto de se encontrar entre duas realidades distintas, a depressão de Terena a sudeste, e o tramo mais encaixado da ribeira a montante, que justifique a longa tradição de ocupação que manteve, com ocupações no Calcolítico, na Idade do Bronze, Idade do Ferro e no período islâmico.

O distanciamento dos povoados de maior dimensão face ao rio Guadiana, tal como acontece em todo o Alentejo Central, deixa entrever uma realidade onde este eixo natural não desempenhava um papel estruturante na paisagem, ao invés da própria serra, na envolvente da qual vemos alguma concentração. Efectivamente, a rudeza do contexto natural onde se estrutura o vale encaixado do Guadiana no Alentejo Central torna a sua envolvente imediata um território relativamente marginal, e certamente com baixa densidade populacional, como os dados das intervenções de minimização de Alqueva deixaram patente (Calado *et alii* 2007).

No que diz respeito às ocupações fortificadas, ou com condições naturais de defesa, foram objecto de intervenções arqueológicas o Castelão de Rio de

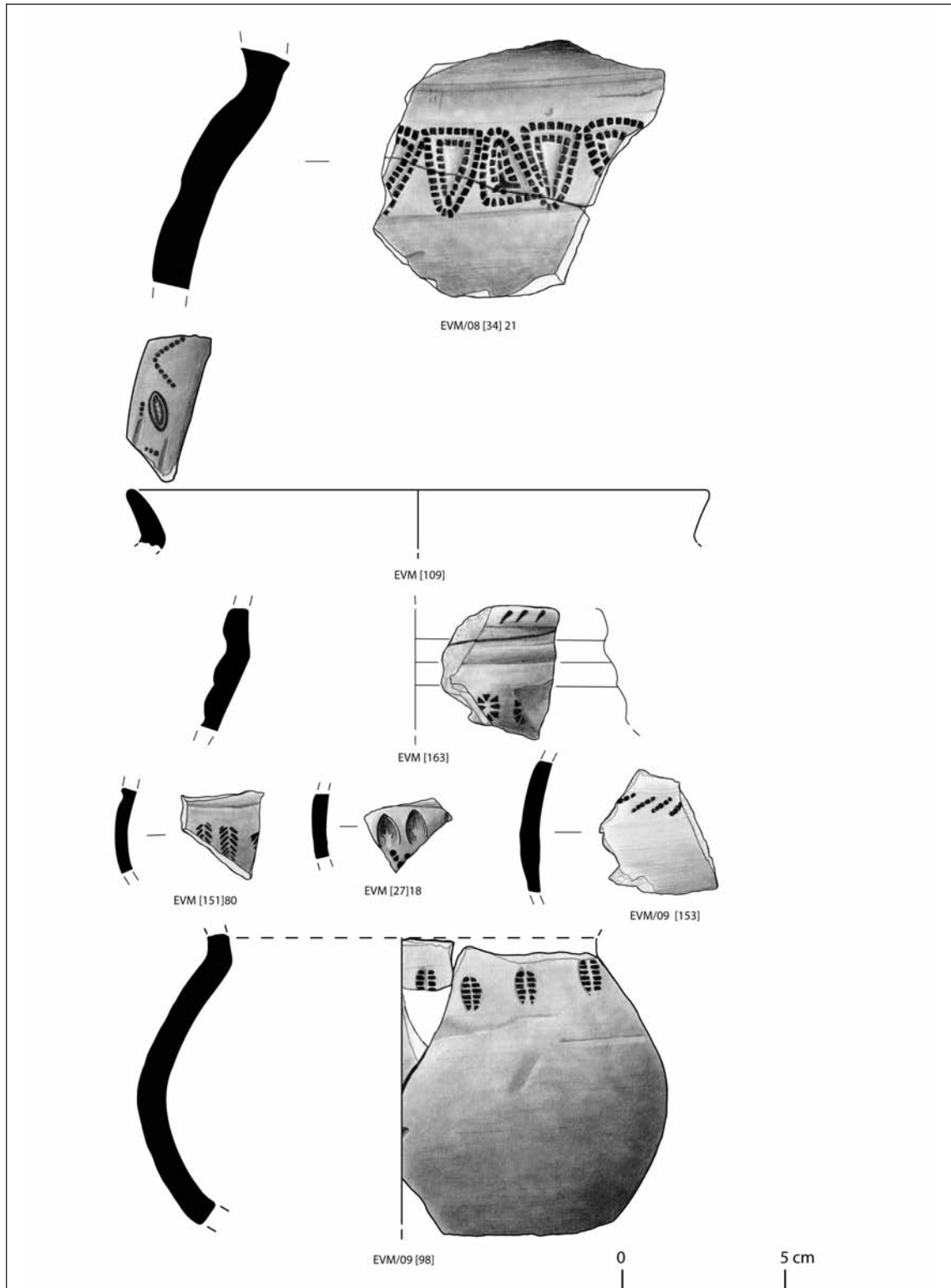


Figura 2. Cerâmica decorada com matrizes de Evoramonte.

Moinhos, o Castelo Velho do Lucefécit e, mais recentemente, Evoramonte, com intensidade e resultados distintos.

O Castelão de Rio de Moinhos foi objecto de duas pequenas campanhas de escavação que se centraram na realização de duas sondagens em profundidade sobre a linha de fortificação, a qual apresentava mais de 3 m de altura. Os resultados foram parcialmente publicados (Calado e Rocha 1997), revelando-nos um conjunto artefactual caracterizado pelo domínio das produções a torno oxidantes, frequentemente pintadas em bandas vermelhas violáceas, por vezes bícromas (vermelho e negro ou branco e negro), em particular nos estratos mais profundos, e raras matrizes estampilhadas. A ocupação romana republicana não foi documentada com clareza, ainda que um pequeno fragmento de campaniense deixe entrever que tenha chegado ao período da conquista.

O Castelo Velho do Lucefécit foi objecto de uma curta intervenção, também parcialmente publicada (Calado 1993: 63-64). A escavação desenvolveu-se sobre o talude Nascente, permitindo documentar uma sequência de fases de ocupação e fortificação, sendo a realidade de período islâmico a melhor preservada, estando os vestígios sidéricos largamente revolidos pela ocupação posterior. Todavia, foi possível verificar a presença de um conjunto artefactual dominado por formas a torno, usualmente de grande dimensão, estando as grandes matrizes estampilhadas bem representadas. Uma vez mais não foi possível documentar uma clara ocupação tardo-republicana, contudo, Manuel Heleno, num dos seus cadernos de apontamentos referente ao Redondo aponta o achamento neste local de um elemento metálico de arreios de cavalo, de clara cronologia tardo-republicana, com paralelos em Vaiamonte e Veiros (Fabião 1998: Fig. 88-4 e 238), Capote (Alonso Sanchez 1991: 262) e Cáceres El Viejo (Ulbert 1984: tf 19), que poderá estar a atestar a passagem, ou permanência, no local de um destacamento militar.

Em Evoramonte, um de nós (R.M.) tem vindo a desenvolver escavações arqueológicas em colaboração com a Dr.^a Catarina Alves. Os trabalhos têm-se centrado numa área de cerca de 100 m², sobre um talude da encosta sudeste. As cinco campanhas realizadas até ao momento permitiram documentar uma ocupação tardia dentro da Idade do Ferro, provavelmente do séc. II a.C. O conjunto artefactual é dominado por grandes recipientes de armazenagem, por vezes fracturados em conexão. A par destes regista-se a presença de uma variada baixela composta por formas a torno e manuais. A decoração cerâmica é

escassa, mas dominada pela presença de pequenas estampilhas (Fig. 2) apostas em formas fechadas de pastas depuradas. Trata-se de pequenos motivos, palmetas e pequenos reticulados, num caso associado a um cordão plástico inciso, para além de um outro em cartela com duplo «S», apostos sobre cerâmica cinzenta fina. Estes motivos integram-se claramente nas presenças da designada fase Tardia de Berrocal-Rangel, já dentro do séc. II a.C., ou mesmo na Final (Berrocal 1992: 113), com múltiplos paralelos um pouco por todo o interior do sudoeste peninsular, quer em sítios de clara raiz indígena, como Vaiamonte (Fabião 1998), quer mesmo de origem romana republicana como o Castelo da Lousa (Berrocal 1992: 119).

As grandes matrizes estão ausentes da estratigrafia sidérica, ainda que representadas nas recolhas de superfície e em estratos de cronologia mais recente, com um motivo triangular reticulado, aposto perimetralmente no bojo, que, sem ter paralelos directos conhecidos na região, apresenta claras similitudes com alguns recolhidos em áreas limítrofes, caso de La Ermita de Belén (Rodríguez Díaz 1991: 52). Este motivo, e outro de matriz circular reticulada, insere-se claramente dentro das gramáticas do tipo reticulado ou «escutiformes», muito típicas da Fase II, ou Plena, de Berrocal Rangel, (1992: 102), que parece caracterizar os séc. IV-III a.C. do interior do Sudoeste peninsular, indiciando a ocupação durante esta fase. Contudo, na área de intervenção, os dados obtidos apontam apenas para uma ocupação tardia dentro da Idade do Ferro, dotada essencialmente de estruturas em materiais perecíveis. A presença de materiais de importação tardo-republicanos é escassa, e essencialmente em níveis revolidos de ocupações posteriores, resumindo-se a escassos fragmentos de cerâmica campaniense do «círculo da B», e raros fragmentos de ânforas itálicas, entre os quais vários bocais de Dressel 1 e um de Greco-itálica da Campânia (Mataloto 2010: 70).

Foi ainda recolhido um numisma de *Dipo*, infelizmente em estratos medievais, para além de dois outros publicados anteriormente, um de *Salacia* (Vasconcelos 1918: 80) e outro de *Sekaisa* (Costa e Liberato 2007: 638), deixando entrever um local claramente integrado na circulação monetária dos finais da República. Por último, importa ainda realçar a presença de diversas *glans latericia* (Vasconcelos 1918: 78) para além de outra, presumivelmente em chumbo (Costa e Liberato 2007: 638), as quais poderão indiciar a passagem pelo local de elementos militares romanos.

Tendo por base essencialmente as fontes clássicas tem-se avançado a possibilidade de se localizar em Evoramonte o núcleo urbano de *Dipo* (Alarcão 1988: 98; 2002; Guerra 2010: 90) proposta que, se parece ser bastante atraente, não deixa de ter as suas fragilidades (Fabião 1998: vol. I, 55).

A possibilidade de se tratar de *Dipo* traria esta região para o palco de um dos primeiros recontros das Guerras Lusitanas ou das campanhas sertorianas da Guerra Civil, ajudando a compreender todo o envolvimento deste território no processo de conquista e romanização que lhe sucedeu.

Os dados recolhidos sobre a ocupação tardo-republicana em Evoramonte são, todavia, bastante escassos; no entanto, não deixam de suscitar alguns comentários. Em primeiro lugar, resulta necessário assinalar que o período tardo-republicano não é um bloco homogéneo e linear, estando marcado por diversas descontinuidades e processos bastante amplos e complexos, derivados do próprio processo de conquista.

Assim, cremos ser significativo assinalar a total ausência das produções anfóricas romanas de origem peninsular, que parecem dominar os conjuntos a partir de meados do séc. I a.C., notando-se a presença de uma ânfora greco-italica, muito pouco documentada no interior do território actualmente português, a par de alguns bordos de Dressel 1, o que poderá indiciar algum destaque do local entre os meados e os finais do séc. II a.C., em detrimento da sua ocupação durante os decénios finais da República.

Este quadro parece começar a ajustar-se ao processo histórico de *Dipo* patente nas fontes clássicas, tal como foi traçado recentemente (Almagro *et alii* 2009: 96). Sendo referida em fontes que se reportam a momentos relativamente antigos, caso de Tito Lívio (39,30) que a designa de *procul* no contexto de recontros decorridos ainda na primeira metade do séc. II a.C., ou Salústio (*Hist. I*, 111) que lhe chama *valida urbem*, no contexto das Guerras Sertorianas, esta cidade desaparece, contudo, de fontes posteriores, já dos finais do séc. I a.C., como por Estrabão ou Plínio,

No entanto, *Dipo*, ou *Dipone*, não desapareceu, mantendo-se ainda tardiamente no Itinerário de Antonino (*It. Ant.* 418.3), como uma *mansio* no itinerário entre *Ebora* e *Emerita*, já do séc. III d.C. Uma vez mais, este facto seria facilmente justificado na Arqueologia de Evoramonte pelos escassos materiais romanos imperiais recolhidos na intervenção que temos levado a efeito.

Neste sentido, e ainda que tenhamos plena consciência da fragilidade dos dados arqueológicos, cre-

mos que existe uma forte possibilidade de a ocupação sidérica e tardo-republicana de Evoramonte corresponder à *Dipo* das fontes clássicas, com argumentos muito mais sólidos que os apresentados para a proposta mais recente (Almagro *et alii* 2009). Em todo o caso, este facto não alteraria substancialmente as leituras efectuadas com base no registo arqueológico, podendo, todavia, auxiliar a compreender melhor outras ocupações, como a detectada no Castelo Velho da Serra d'Ossa.

Localizado num dos topos da serra d'Ossa, domina a vastidão da planície centro alentejana e controla importantes caminhos de transitabilidade natural, que permitem vencer as distâncias entre os estuários do Tejo e Sado e as planuras do interior extremo.

O Castelo Velho da Serra d'Ossa é uma ampla ocupação de mais de 14 ha, dispersa ao longo de uma extensa e destacada linha de cumeeada, que engloba o segundo ponto mais alto da serra d'Ossa, passível de ser registada numa extensão aproximada de mais de 1,5 km.

O conhecimento do local resulta, essencialmente, de intensas recolhas de superfície favorecidas pela fortíssima afectação que o sítio conheceu na sequência do processo de eucaliptização da serra d'Ossa desde os anos 60. Do vasto conjunto artefactual sobressaem dois momentos de ocupação, detectáveis em igual extensão, correspondentes a uma instalação do final da Idade do Bronze e uma outra tardia dentro da Idade do Ferro (Calado e Mataloto 2001).

O extenso conjunto cerâmico integrável na Idade do Ferro é esmagadoramente composto por grandes recipientes de armazenagem, de bordo exvertido e perfil sinuoso, sendo as formas de consumo individual muito raras (Mataloto *et alii* 2007). A decoração cerâmica está efectivamente ausente. Numa perspectiva geral, o conjunto integra-se nas tipologias disponíveis para o sudoeste peninsular, em particular nos tipos tardios da Fase III de Berrocal (1992), evidenciando bastantes semelhanças com os tipos documentados em Evoramonte.

Deste modo, e dada a total ausência de materiais romanos de importação, os quais estão claramente representados na região ao longo da diacronia tardo-republicana, cremos que a ocupação acabará por se centrar dentro do séc. II a.C. Atendendo, então, a esta provável cronologia, à sua implantação num dos cerros mais destacados da serra d'Ossa, demonstrando particulares cuidados com a defensabilidade ou às características relativamente peculiares dos conjuntos cerâmicos, com forte componente de armazenagem, é difícil dissociar esta ocupação da conjuntu-

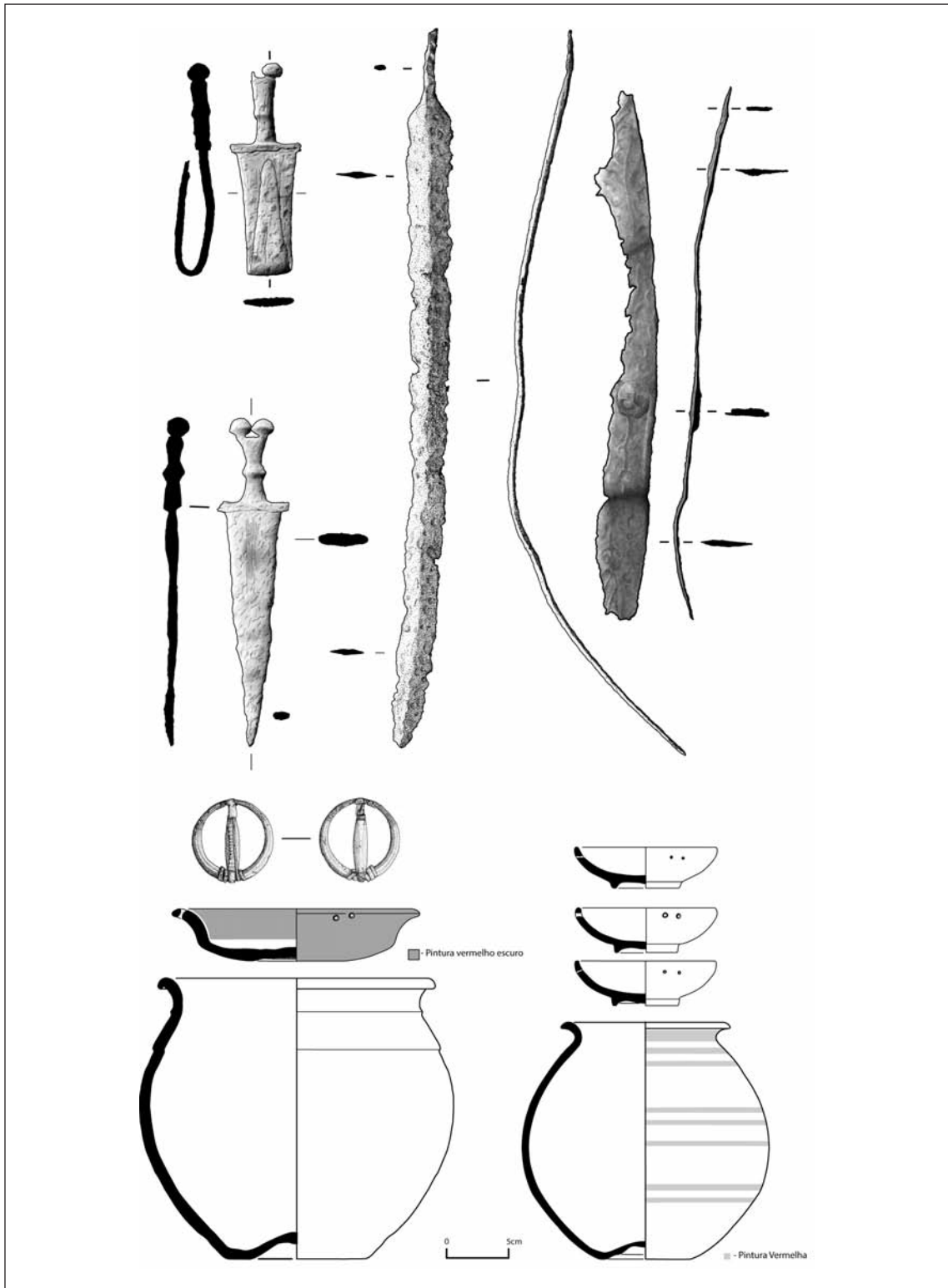


Figura 3. Cerâmica decorada com matrizes de Evoramonte.

ra bélica que dominou este século, durante o qual se efectiva o processo de conquista.

A ocupação rural, implantada em áreas aplanadas sem condições naturais de defesa, encontra-se bastante mal documentada na região, tendo apenas uma destas instalações sido objecto de escavação, a Malhada das Mimosas (Fig. 1). As restantes são apenas conhecidas por dados de superfície ou intuídas a partir das necrópoles, como a da Herdade das Casas (Redondo) ou a da Cardeira (Alandroal). Ainda que os dados sejam bastante escassos, não deixam de ser significativos.

Na necrópole da Herdade das Casas, situada numa pequena lomba da margem direita da ribeira das Casas, na margem Sul da serra d'Ossa, documentou-se o rito de cremação, com deposição em urna dos restos cremados (Fig. 3). Esta necrópole, em estudo por um de nós (R.M.), foi intervencionada no início dos anos 80 por Caetano Beirão e Jorge Pinho Monteiro, sem que tenha conhecido qualquer publicação extensa, resumindo-se o conhecido aos dados avançados por L. Berrocal (1992) e na Carta Arqueológica de Redondo (Calado e Mataloto 2001). A partir do conjunto cerâmico, composto por diversas urnas de perfil em S, pintada em bandas num caso, diversas tijelas entre outros e metálico, nomeadamente uma espada La Téne, diversos punhais e espada de antenas, uma falcata, dois *soliferra* e várias fíbulas anulares hispânicas, pode-se atribuir uma cronologia centrada nos séc. IV-III a.C., devendo tratar-se de uma pequena necrópole associada a um núcleo de ocupação rural. Na margem oposta da ribeira, numa zona de leve pendente junto da linha de água documentou-se o que parece ser a ocupação correspondente, estando actualmente sob uma ocupação romana aparentemente mais extensa. No caso da Herdade da Cardeira, os dados são bastante mais escassos na justa medida em que foi objecto de uma acção bastante mais pontual (Fabião 1998), não tendo sido documentada qualquer ocupação aparentemente coeva nas imediações. A análise possível a partir dos materiais recolhidos, uma ponta de lança longa e uma falcata, parecem remeter a ocupação para um momento impreciso dentro do séc. IV a.C. (Fabião 1998: 391).

Estas deverão corresponder a ocupações de fundo rural que, todavia, estariam associadas a elementos socialmente destacados, dotados de relevantes panóplias guerreiras, sendo claro que o campo se apresentaria em termos sociais bastante mais complexo que uma primeira aproximação faria supor.

No mesmo sentido parecem apontar os dados da Malhada das Mimosas (Calado *et alii* 2007; Matalo-

to 2010). Este sítio, com uma cronologia difícil de precisar, mas certamente enquadrada entre o séc. II e inícios do I a.C., parece corresponder a uma forma distinta de agregação humana. Ao invés de uma pequena ocupação rural de fundo familiar, como a documentada em momentos anteriores neste território, caso da Herdade da Sapatoa (Mataloto 2004), parece tratar-se de uma forma de organização maior, de fundo aparentemente comunitário, delimitada por um fosso de perfil em V e planta semicircular (Calado *et alii* 2007; Mataloto 2010: 66). A área intervençãoada, apesar de extensa, foi relativamente reduzida em profundidade, tendo permitido registar diversas fases de ocupação, sem ficarem patentes claras diferenças no conjunto artefactual. O fosso acabou por ser colmatado num dado momento, continuando o sítio a ser ocupado, conhecendo mesmo uma eventual expansão, dada a sobreposição daquele por novas construções. Deverá estar associado a esta fase um forno cerâmico documentado na extremidade do sítio, que revela já técnicas de cozedura relativamente avançadas, não apenas pela presença de duas câmaras, mas pelo facto da câmara inferior estar dotada de chaminés laterais, que permitiam cozeduras muito mais limpas e melhor oxidação das mesmas. Sobre esta ocupação desenvolveu-se uma outra, na qual se documentaram escassos materiais tardo-republicanos (rara cerâmica campaniense do círculo da B) que parece desenvolver-se em ruptura com a anterior, utilizando inclusivamente matéria-prima de construção distinta. Associada a esta fase encontravam-se diversos indícios de práticas metalúrgicas e grandes valas abertas no subsolo.

Nos últimos anos, na margem sul da serra d'Ossa, temos vindo a documentar diversas pequenas instalações em meio rural de época tardo-republicana, caso das ocupações da Quinta do Freixo (Calado e Mataloto 2001: 35), onde se recolheu cerâmica campaniense e uma asa de uma ânfora Dressel 1, da Vidigueira, onde se registou também a presença de cerâmica campaniense do círculo da B e ânforas Haltern 70 e ovóides lusitanas, ou ainda o sítio da Fonte Velha, junto ao Lucefécit, com alguns fragmentos de ânforas de produção bética. Estes escassos indícios parecem, então, documentar que o ocupação do campo se manteve, ou mesmo desenvolveu, em período tardo-republicano, indiciando uma continuidade de uso e exploração do território. Assim, nas vésperas da instalação efectiva do Mundo provincial romano, o campo não se encontrava vazio, mas sim em exploração, podendo o movimento de apropriação e condicionamento do território para a

exploração segundo novas normas emanadas pelo poder de Roma traduzir-se em novos episódios de instabilidade. Por outro lado, será sempre conveniente continuar a reforçar que Varrão (*R.R., I. 16.2*) deixa bastante claro como o Ocidente peninsular, em meados do séc. I a.C., constituía ainda um território bastante inseguro.

Numa perspectiva geral, cremos que o processo de conquista deixou profundas marcas na estruturação do povoamento e do território. As grandes ocupações parecem não ter sobrevivido, em grande medida, ao processo de reorganização do povoamento efectuado entre os sécs. II e inícios do séc. I a.C. De facto, os escassos dados recolhidos indiciam que terão perdido, pelo menos, grande parte da relevância que tiveram, eventualmente em detrimento de outras formas de ocupação, como a rural, que parecem sair reforçadas com o abandono do grandes povoados, a partir de meados do séc. I a.C.

3. O FINAL DA REPÚBLICA E A NOVA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em meados do séc. I a.C. assiste-se, no território em análise, à instalação de um conjunto de ocupações sem paralelos nos povoados anteriores, que virão transformar profundamente a paisagem durante um curto espaço de tempo, desaparecendo em seguida, ou sendo transformadas em estruturas romanas de fundo produtivo.

Se, por um lado, vemos surgir uma diversidade de novas instalações de fundo claramente romano, como os fortins, por outro, aproveitando momentos muito particulares de instabilidade, vemos surgir e desaparecer o povoado da Rocha da Mina, que terá desenvolvido particularidades muito próprias que lhe permitiram existir num espaço de tempo certamente muito curto.

Em trabalho anterior, tivemos já a oportunidade de assinalar o processo gradual de apropriação efectiva do território a que se assiste a partir de meados do séc. I a.C., essencialmente sob a iniciativa do poder de Roma (Mataloto 2010: 76). De facto, cremos que o período que medeia entre os episódios sertorianos da Guerra Civil e a ascensão de Augusto é determinante para o conhecimento da própria Lusitânia, no seio da Ulterior. A este facto deve associar-se, principalmente, a figura de César e o seu exercício de cargos públicos nesta província, justamente nesta fase (61-60 a.C.). Na realidade, apenas a consolidação e estabilização do território a Sul do Tejo

permitiria assegurar a conquista e pacificação da região entre Tejo e Douro, posição que César assume com determinação (Guerra 2010: 91), e o demonstra a instalação do aquartelamento militar da Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra 1988). Não esqueçamos que, apenas quarenta anos antes, em 104 a.C., como nos recorda o Bronze de Alcântara (López Melero *et alii* 1984), se pacificava a linha do Tejo no território extremeño. Contudo, e como bem assinala C. Fabião (1998: 264), o episódio sertoriano da Guerra Civil ter-se-á traduzido num profundo revés do domínio romano sobre estes territórios, impondo a sua reocupação sobre novos moldes.

Efectivamente, o modo como nos últimos anos se tem vindo a reconstruir o processo evolutivo do conteúdo geográfico da designação «Lusitânia» (Pérez Vilatela 2000 a e b; Guerra 2010; Moret 2010) demonstra, quanto a nós, o quanto este território era mal conhecido. Terá sido, então, a mão de César a dar um impulso determinante no conhecimento, fixação e construção da futura província da Lusitânia (Pérez Vilatela 2000b: 80; Guerra 2010: 90), que ficará plasmado no epíteto *Iulia* que receberão muitas das cidades fundadas por acção do Imperador Augusto na província da Lusitânia. Não será, então, ao acaso que esta província será criada por este último em 27 a.C., certamente baseado num levantamento alargado, provavelmente iniciado ainda sob os auspícios de César, a que não seriam, todavia, alheios os conhecimentos de dois dos maiores geógrafos romanos de então, Posidónio e Varrão, curiosamente ambos partidários de Pompeio (Pérez Vilatela 2000b: 80). De facto, é necessário lembrar, igualmente, que um dos argumentos para manter a recém criada província da Lusitânia sob a égide do Imperador foi justamente o facto de não se encontrar totalmente pacificada, em particular num momento em que a região para além do Douro ainda se encontrava nela integrada (Pérez Vilatela 2000b: 81). Aliás, o modo titubeante como as fronteiras foram sendo redefinidas entre a sua fundação e a vinda de Agripa (19 a.C.) demonstra o quanto o conhecimento do território se estava a consolidar.

Todo este processo se irá traduzir, na região da Serra d'Ossa, como já se referiu, na instalação de uma verdadeira rede de ocupações de índole variada, que terá por objectivo, como proposto por um de nós (Mataloto 2002), a criação de condições favoráveis para a instalação do Mundo provincial romano. Estas ocupações, designadas aqui de fortins (Fig. 1), teriam como função primordial conhecer e controlar o território, criando pequenas bases logísticas para o

que seria a grande reconstrução da paisagem, através da organização e distribuição de terrenos agrícolas e do traçado de vias. Efectivamente, como fica cada vez mais patente na região catalã, onde os processos se desenrolam em momento claramente anterior, derivado do próprio historial da conquista, a criação de postos logísticos e de controlo foi essencial para assentar toda uma nova ordenação do território, de que as vias eram a marca fulcral e seminal (Ñaco e Principal 2012).

Este processo, na região da serra d'Ossa, parece arrancar justamente em meados do séc. I a.C., sendo a instalação do Monte da Nora (Teichner 2008; Teichner e Schierl 2009) um ponto fulcral nesta estratégia, ao implantar-se uma ocupação de características castrenses junto da confluência de duas das mais importantes vias de ligação do principal porto do Ocidente peninsular (Alarcão 2006), *Olisipo*, ao interior do território extremeño onde, pouco depois, se viria a fundar a capital provincial. O Monte da Nora deveria desempenhar, seguramente, um papel logístico e de controlo bastante relevante para a segurança e, mesmo, construção da via, tal como se propôs na região catalã para sítios como Les Camp de Lloses ou Monteró (Ñaco e Principal 2012; Ferrer *et alii* 2009). Não deixa de ser bastante relevante que, no extremo de uma destas vias de ligação ao litoral se funde, justamente nesta cronologia, o acampamento romano do Alto do Cacos (Pimenta *et alii* 2012) defronte da recém fundada *Praesidium Iulium Scallabis*, em 61 a.C., e feita colónia pouco depois (Faria 1999: 43). Se a fundação castrense desta cidade pode ser questionada (Cadiou 2008: 312; Cadiou e Navarro Caballero 2010: 279), já a função do Alto dos Cacos, em face do que se conhece, nos parece mais complexa de afastar, podendo mesmo justificar a designação da colónia (Faria 1999: 43; Alarcão 1988: 26).

A instalação do Monte da Nora, cremos, faria parte de um provável programa mais vasto de instalação de importantes unidades de fundo militar em pontos estratégicos do Sul do actual território nacional, com vista ao controlo, conhecimento e apoio à eventual circulação dos exércitos, em meados do séc. I a.C. Muito próximo da região que estamos a tratar, funda-se, em cronologia muito semelhante, o Castelo da Lousa que, apesar das resistências apresentadas às suas funções militares (Alarcão *et alii* 2010, p. 31), não deixou de entregar diverso *militaria*, indicador da presença de uma guarnição militar, a qual deveria ser, igualmente, entendida mais de um ponto de vista logístico, que de um ponto de vista

estritamente militar ostensivo, como, aliás, estes últimos autores também sugerem (Alarcão *et alii* 2010: 31). Neste sentido, é plausível que o Castelo da Lousa venha, de algum modo, substituir um outro sítio com claros indícios de presença militar situado escassos 8 km a Sul, no Castelo das Juntas. Neste local, intervencionado no âmbito do plano de minimização de Alqueva, documentou-se uma ocupação tardo-republicana, dotada de um forte dispositivo defensivo e um grande celeiro de armazenagem de cereais em posição central destacada (Albergaria e Melro 2000). A presença militar vem confirmada por um conjunto bastante alargado de projecteis de funda em chumbo documentado no local². Atendendo às suas características fortificadas, à presença militar e à sua posição de claro controlo da transitabilidade através do Alentejo Central para a baixa Andaluzia, pela serra de Aracena, parece-nos, uma vez mais, ponto relevante no apoio logístico e de movimentação de tropas através deste território, cuja passagem fica bem marcada no contexto da Guerra Civil, no seu episódio sertoriano, pelos projecteis de funda com a marca justamente de Q. Sertorio documentados na Peña de San Sixto em Encinasola (Pérez Macías 1997).

Regressando à região da Serra d'Ossa, cremos que o momento subsequente à fundação desta rede de novas instalações de fundo militar, mas não estritamente bélico, representada aqui pelo Monte da Nora, será acompanhado pela disseminação progressiva de um conjunto de fortins que irá preparar e conhecer o território que, em 27 a.C., conhecerá a fundação de uma nova urbe, *Liberalitas Iulia Eborae*. Efectivamente, cremos que este processo se deverá desenrolar essencialmente depois de findos os episódios peninsulares das guerras civis, num momento em que, como já se afirmou, se estava a esboçar a criação da nova província, cujos contornos foram estabelecidos de modo um tanto titubeante. Todavia, praticamente dentro da região da serra d'Ossa, na outra margem do Guadiana, existem indícios da presença militar numa destas ocupações de tipo fortim. No fortim de El Pico (Cheles), na margem esquerda do Guadiana, junto da foz da ribeira do Lucefécit, que liga a serra ao grande rio do Sul, documentou-se um importante conjunto edificado, com urbanismo ortogonal, delimitado por claras linhas defensivas, fundado algures entre os últimos anos da República e os inícios do Império, onde a presença de *militaria*

² Materiais em estudo por Rui Mataloto e João Pimenta.

se encontra documentada por uma bala de catapulta em ferro (Aldana *et alii* 2003).

Nos últimos anos temos vindo a intervencionar na região da Serra d'Ossa duas ocupações que se enquadram justamente entre meados do séc. I a.C. e a viragem da era, evidenciando-nos os últimos redutos de fundo indígena e as primeiras fundações de índole romana. As ocupações da Rocha da Mina e o fortim do Caladinho/Castelo da Defezinha corporizam, então, o processo de profunda transformação das redes de povoamento sofrido neste momento, e que antecederá a implantação do novo Mundo provincial romano.

3.1. ROCHA DA MINA

O sítio arqueológico da Rocha da Mina foi identificado em 1993, no âmbito da Carta Arqueológica do Alandroal (Calado 1993: 59), e classificado então como santuário e integrado cronologicamente na Idade do Ferro; o local distinguia-se pela presença de uma escadaria, constituída por quatro degraus, e de vários pavimentos talhados na rocha.

Encontra-se actualmente em escavação por dois de nós (R.M e C.R.), tendo já sido objecto de duas curtas campanhas.

A Rocha da Mina implanta-se num apertado meandro da Ribeira do Lucefécit, numa área onde a esta corre numa paisagem bastante enrugada, surgindo-nos, então, totalmente dissimulada no fundo do vale (Fig. 4), sendo quase imperceptível à vista até muito próximo onde, depois, se impõe pela grandeza dos destacados afloramentos rochosos que a delimitam. Aqui, a ribeira descreve um círculo quase perfeito, fechado por uma linha abrupta de afloramentos que a liga de margem a margem, isolando a área ocupada da restante encosta, separação que parece ter sido, ainda, reforçada através da criação de um fosso, que aproveitaria clivagens existentes.

A ocupação distribui-se por duas áreas distintas. Uma, superior, que poderíamos apelidar de plataforma rupestre, por resultar do desmonte e adaptação das cristas xistosas para utilização diversa, onde se implanta a já citada escadaria e o conjunto entalhado que dá origem à interpretação do santuário, na zona mais elevada, e que estaria rodeada por outras construções, perceptíveis pela presença de múltiplos



Figura 4. Vista geral, de nordeste, da localização da Rocha da Mina, junto à Ribeira de Lucefécit.

entelhes. A segunda plataforma, mais baixa, enquadra-se numa estreita faixa aplanada entre esta última e uma pequena crista existente no meandro (Fig. 5). No geral, a área ocupada deverá rondar 0,5 ha, que deveriam estar intensamente edificadas, dada a multiplicidade de construções ainda visíveis, por vezes em áreas bastante declivosas, junto de veementes escarpas xistosas. Este facto resulta da vontade expressa de manter a ocupação numa área restrita em torno das escarpas rochosas, na justa medida em que não existem constrangimentos de espaço na área do meandro situada para Nascente da área edificada.

Os trabalhos levados a efeito até ao momento abrangeram parcialmente ambas as plataformas, sem que tenhamos notado diferenças sensíveis nos conjuntos artefactuais recolhidos. A área intervencionada no topo foi relativamente restrita, focando-se no espaço do «santuário» (poço e área adjacente à escadaria). Na plataforma inferior os trabalhos, ainda que limitados, abrangeram uma área com cerca de 150 m², no limite Nascente da área ocupada. A intervenção, ainda numa fase bastante inicial, permitiu, no entanto, atendendo à magra estratigrafia, registar a presença de um conjunto edificado adossado ao limite do povoado, que se encontrava delimitado por um espesso muro, que integrava parcialmente as cristas de afloramento existentes. O conjunto edificado surge-nos bastante orgânico, composto por 5 compartimentos e um corredor de interligação, para além de um amplo espaço não construído, eventualmente coberto por um alpendre em materiais perecíveis, adossado ao muro de delimitação, na metade Sul da área intervencionada (Fig. 5). A construção, em xisto de origem local e argamassada com terra argilosa, não apresenta grande qualidade, estando a planta longe dos modelos de ortogonalidade que se vinham impondo com a conquista romana.

O conjunto artefactual recolhido nesta primeira campanha é reduzido, sendo largamente dominado por cerâmica, de manufactura local, pontualmente

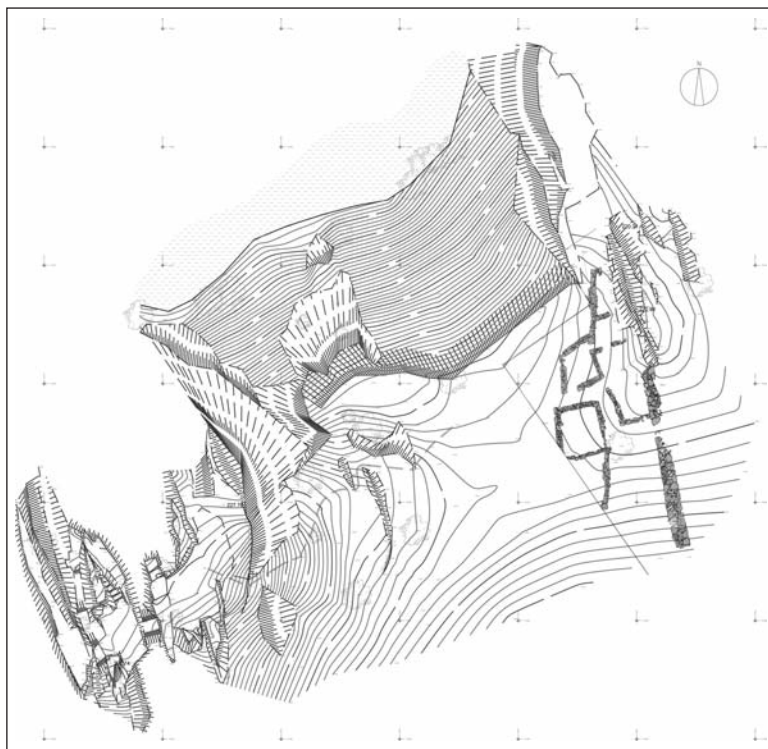


Figura 5. Planta geral da Rocha da Mina (2012).

acompanhada por produções forâneas, de melhor qualidade, nomeadamente cerâmica comum da bética, ânforas e cerâmica campaniense, com pastas claras, afins das produções calenas (Fig. 6).

A esmagadora maioria encontra-se largamente fragmentada, sendo o conjunto dominado por formas fechadas, com bordo extrovertido de perfil em «S», de média e grande dimensão, provavelmente relacionadas com a armazenagem. Em geral, as peças encontram-se lisas ou, quando apresentam decoração, esta é, em geral, pouco complexa, incisa ou canelada, com motivos simples, como ondulações, ou algo mais complexo, como alguns reticulados. Em diversos casos documentámos a presença de grafitos pré-cozedura em letras latinas, geralmente apostos no bojo em posição visível, eventualmente com algum significado antroponímico associado ou ao produtor ou ao detentor do recipiente. Estes parecem, claramente, indiciar a presença de alguma literacia.

O conjunto ânforico é bastante escasso, ainda que seja possível documentar uma certa variedade de proveniências, dentro da Ulterior, quer zona costeira meridional quer do Guadalquivir, estando as primeiras produções da Ulterior ocidental igualmente

te documentadas (Fig. 6); as ânforas de origem itálica estão, até ao momento, completamente ausentes.

Foi possível registar um pequeno fragmento de bordo do que parece ser uma ânfora Ovóide 6, contentor oleário (Fig. 6, em baixo à esquerda) caracterizador das exportações deste produto a partir da bacia do Guadalquivir, em meados do séc. I a.C., conhecendo outros desenvolvimentos em período augustano (García Vargas *et alii* 2011, p. 228).

Será de evidenciar a presença de um recipiente anfórico fracturado em conexão, de difícil determinação, por falta do bordo, e por se encontrar bastante fragmentado. A sua área de produção encontra-se, com alguma segurança, na bacia do Guadalquivir, ao apresentar uma pasta bastante rica em elementos não plásticos de quartzo angulosos. Apenas um elemento ligeiramente caracterizador se pode mencionar, a presença de um pequeno bico fundeiro oco, para além de um corpo estreito e colo não muito longo, com asas curtas, o que parece remeter, segundo cremos, para mundo diverso das designadas ânforas Dressel 7-11, que envasavam usualmente preparados de peixe, e cuja produção parece mesmo arrancar nos finais da República nessa região (Almeida 2008: 167), o que se coaduna cronologicamente com os restantes indícios recolhidos.

Como já se afirmou, as mais antigas produções de contentores de morfologia romana da fachada atlântica peninsular foram igualmente detectadas, através da presença dos típicos bordos bastante moldurados (Morais e Fabião 2007).

A cerâmica campaniense é bastante escassa, estando documentada a presença das formas I e 5/7 de Lamboglia, em produções calenas (Fig. 6, à direita).

Um conjunto variado de pesos tear de forma tronco piramidal, além de escassos cossoiros, permitem antever a existência de uma actividade têxtil no local (Fig. 6).

A ocupação na Rocha da Mina deriva, segundo cremos, de uma instalação de fundo indígena gerada em meados do séc. I a.C., decorrente, por um lado, do processo de dismantelamento das grandes ocupações indígenas, que se parece desenvolver, como se viu, durante a primeira metade do séc. I a.C.; por outro, das próprias vicissitudes geradas pela instabilidade do poder de Roma durante esta fase, com os diversos episódios das Guerras Civis, que tiveram no Ocidente peninsular um importante palco de acção. Efectivamente, apenas um contexto de grande instabilidade, tal como Varrão nos transmite para esta região em meados do século, justificaria a insta-

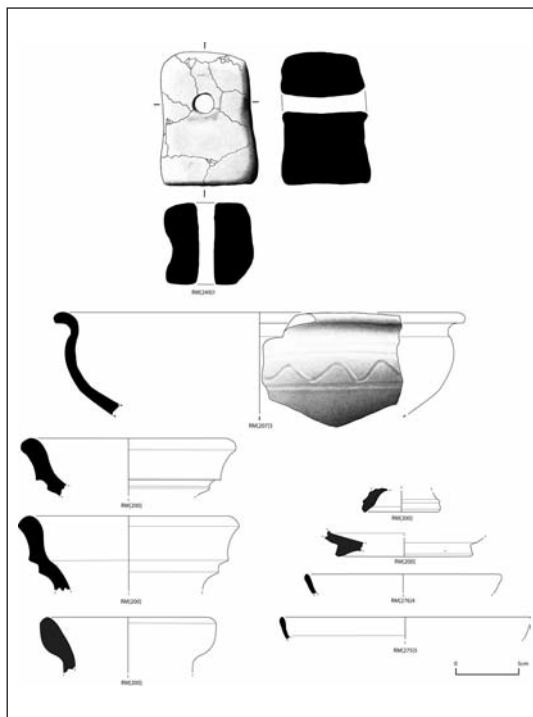


Figura 6. Conjunto cerâmico da Rocha da Mina (cerâmica comum, ânforas e campanienses).

lação de uma pequena comunidade, largamente dissimulada na paisagem, mas protegida por potente muro de evidente cariz defensivo, algo pouco aceitável pela potência ocupante, então mais preocupada com as suas lutas internas que em manter a estabilidade. As defesas aqui levantadas, e a própria instalação no fundo do vale, não seriam, certamente, contra a potência ocupante, mas antes contra o bandoleirismo que grassava, dada a ausência de poder dominante e pacificador. Por este mesmo conjunto de razões, terminado o longo processo das Guerras Civis, em particular nos episódios ocorridos em contexto peninsular, a Rocha da Mina é abandonada, eventualmente antes mesmo do último quartel do séc. I a.C., dada a ausência de *terra sigillata* de tipo itálico, bem documentada, como se verá, no vizinho sítio do Caladinho, situado em posição bem distinta apenas 5 km a Poente.

A instalação e abandono de um sítio com características peculiares na região deverão ter decorrido em resposta a um contexto específico, podendo o putativo santuário ter funcionado como elemento agregador de populações dispersas no território, após o dismantelamento das redes de povoamento pré-existent durante a primeira metade do séc. I a.C.

3.2. CALADINHO E OS FORTINS DA REGIÃO DA SERRA D'OSSA

O fortim do Caladinho/Castelo da Defezinha (Mataloto 2002: 179) situa-se na extremidade Norte de uma destacada linha de cumeeada, que lhe confere uma elevada defensabilidade natural. A sua implantação concede-lhe um importante domínio visual para norte e oeste, sobre a planície central do Redondo e encosta Sul da serra d'Ossa (Fig. 12), e para Este sobre uma ampla área de relevo bastante ondulado. A ocupação desenvolve-se numa faixa relativamente restrita do topo, essencialmente do lado Nascente, junto de imponentes afloramentos que sobressaem no local.

Este é o único dos fortins centro alentejanos que se encontra em escavação, num projecto conjunto de dois signatários deste texto (R.M e J.W.).

As três campanhas de escavação realizadas até ao momento permitiram documentar, na extremidade sul do topo, um edifício de planta rectangular, com cerca de 42,5 m² (8,5 m x 5 m) de área total, orientado genericamente N-S acompanhando o desenvolvimento da elevação (Fig. 7). Esta estrutura adossava-se a dois grandes afloramentos rochosos, pelo lado

Poente, apresentando um vão, com cerca de 1m de largura, virado a norte, e outro, imediato a este, virado a poente, com cerca de 0,90 m, abrindo para uma pequena plataforma entre as duas massas rochosas.

Internamente apresentava-se subdividido em 4 ambientes distintos. A metade Norte do edifício era composta por 3 espaços: o Ambiente 1, 2 e 3 (Fig. 7).

O Ambiente 1 era constituído por um pequeno espaço, com cerca de 3 m², que servia de distribuidor da circulação, apresentando os dois vãos para o exterior que já mencionámos, dando também acesso ao Ambiente 2, 3 e, através deste, ao 4. O Ambiente 2 é constituído por um pequena área, com cerca de 2 m², situado a nascente do vão norte, que deveria tratar-se, como se verá, do vão de uma escada. O Ambiente 3 é um estreito corredor que medeia entre o Ambiente 1 e o 4; a circulação entre os dois espaços mencionados faz-se em cotovelo, que apresenta menos de 1m de largura. O Ambiente 4, com cerca de 12 m², é o maior compartimento do conjunto, apresentando uma planta quadrangular, com um só vão de acesso, que o liga ao Ambiente 3.

A edificação apresenta uma construção simples, de pedra e terra, de muros adossados. Os muros peri-

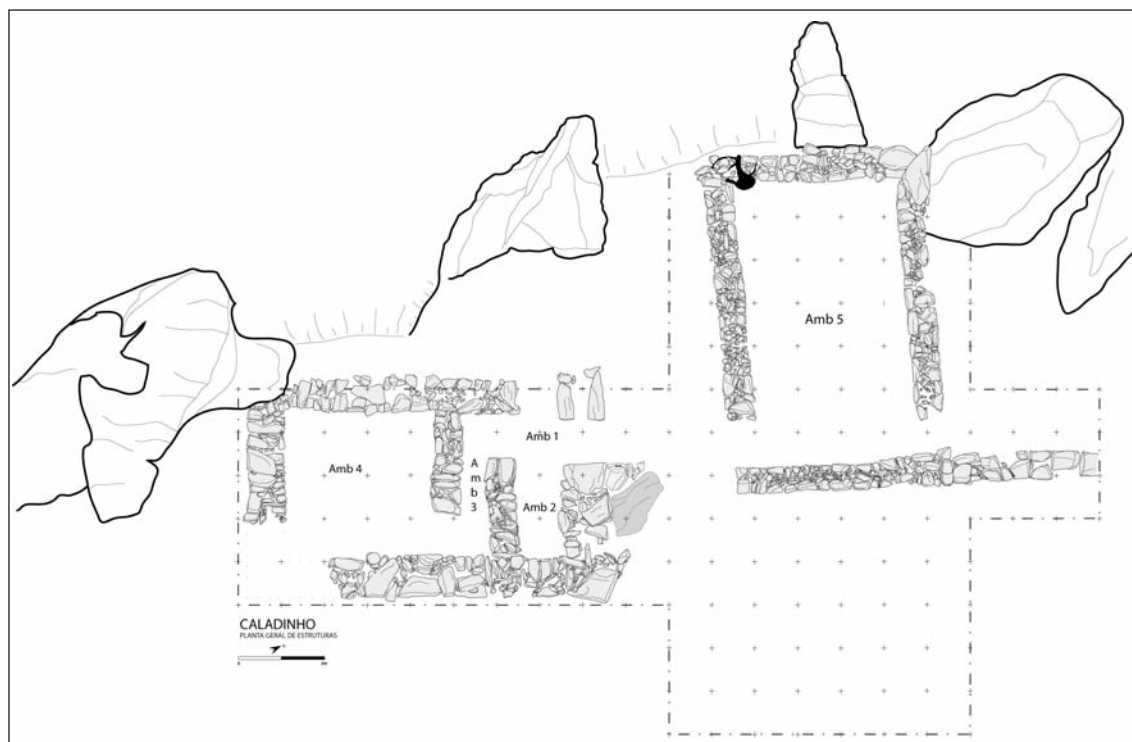


Figura 7. Planta geral de estruturas do fortim do Caladinho, no final da campanha de 2012.

metrais, especialmente norte, nascente e sul, apresentam grande espessura (0,90 m a 1 m), necessária para segurar um edifício destas dimensões numa encosta bastante íngreme. Estes muros exteriores integram pedra de muito grande dimensão, por vezes em perpianho, unida com terra argilosa. Os muros interiores são edificados em lajes de xisto local, de pequena e média dimensão, dispostas na horizontal, revelando particular cuidado na construção; um deles mantém mais de 2 m de altura máxima conservada.

O vão virado a poente apresenta um recorte, em toda a altura conservada, que serviria, possivelmente, de batente da porta, revelando algum cuidado posto na construção.

As soluções de cobertura deveriam contemplar soluções em materiais perecíveis, ou mesmo em laje, não tendo sido documentados quaisquer fragmentos de telha ou tégula.

No geral, o edifício apresenta-se bastante regular, com uma dimensão interna de 22 pés romanos de comprimento, por 11 pés. O ambiente 4 apresenta uma dimensão interna de 12 pés, sendo portanto mais de metade da área coberta.

A constatação da presença de uma escadaria, com acesso a partir do exterior, localizada sobre o Ambiente 2 alterou por completo a leitura da edificação. A detecção de pelo menos 4 grandes lajes, bastante regulares, fracturadas em conexão ou completas, localizadas perpendicularmente aos muros [9] e [37] no interior do Ambiente 2, em unidades como as [45], [79] e [93], deixavam suspeitar que fariam parte de uma mesma construção caída para o interior, após o muro [37] se inclinar para Sul. O facto de se apresentarem em diferentes altimetrias na estratigrafia deixava entender a sua queda progressiva. Uma leitura atenta do muro [9] permitiu registar a presença de marcas de um gonzo de porta numa das lajes conservadas da estrutura, confirmando a presença de uma escadaria com acesso pelo exterior, sobre o Ambiente 2; este seria um vão de escada, ideal como espaço de arrumação, como nos indica a sua largura bastante limitada e a presença de peças fracturadas em conexão na unidade [100].

Foi, igualmente, muito relevante obter-se a confirmação de que a parte superior da construção seria efectuada em tijolos de adobe, perfeitamente visíveis na unidade [59], onde o seu comprimento (ou largura) e espessura eram perceptíveis, tendo cerca de 30 cm de comprimento, isto é, um pé romano, por cerca de 10 cm de espessura.

De frente deste edifício documentou-se um outro, Amb. 5, de dimensões semelhantes, mas arqui-

tectura menos robusta, indiciando que se deveria tratar de uma construção de um só piso (Fig. 7). Este edifício, de planta rectangular, com cerca de 8 m x 5 m (aproximadamente 27 x 17 pés romanos, de dimensão muito semelhante a outro edifício), disposto perpendicularmente ao anterior, apresenta dois vãos alinhados com aquele, abrindo, ainda, para um outro compartimento, apenas parcialmente delimitado. No seu topo Nascente apresenta uma grande lareira, estando o pavimento parcialmente talhado no afloramento de base. Ainda que a estratigrafia não seja absolutamente clara, é bastante provável que resulte do mesmo plano de construção que o edifício anterior.

Como breve balanço do conjunto arquitectónico do Caladinho/Castelo da Defezinha deve-se registar, então, a presença de um conjunto edificado composto, provavelmente, por edifícios de um só piso alinhados perpendicularmente ao desenvolvimento do topo, em cuja extremidade se erguia uma torre com pelo menos dois pisos (rés do chão e primeiro andar), que vinha reforçar a capacidade de vigilância do local.

O conjunto artefactual reunido na intervenção do Caladinho não é muito alargado, sendo a cerâmica dominada pelas produções locais, principalmente contentores de armazenagem e confecção de alimentos de bordo exvertido e escassa cerâmica comum de mesa.

As importações são claramente dominadas pela presença de *terra sigillata* de tipo itálico, da qual se consegue registar a presença de diversas formas e produções, identificadas pelos respectivos *sigilla* dos oleiros.

Foi-nos apenas possível identificar a presença de formas como *Conspectus* 4.4, 10.3, 13 ou 14.1., tendo-se registado igualmente a presença de grandes páteras de pés espessos, do tipo *Conspectus* B.1.2 ou B.1.4, usualmente tidos como antigos dentro das produções augustanas e, num caso, estando mesmo associado, como se verá, a uma marca radial (Fig. 8).

Este conjunto é, cremos, integrável na designada fase «clássica» de Goudineau, permitindo enquadrar a ocupação, e mesmo o abandono do local, algures dentro do último quartel do séc. I a.C. ou logo depois da viragem da Era. A ausência de formas claramente tardo-augustanas e tiberianas, típicas do designado Serviço de II da Haltern, patenteia igualmente o abandono do local, quanto muito, pouco depois da viragem da Era. O perfil das presenças de *sigillata* de tipo itálico no Caladinho parece, então, demarcar-

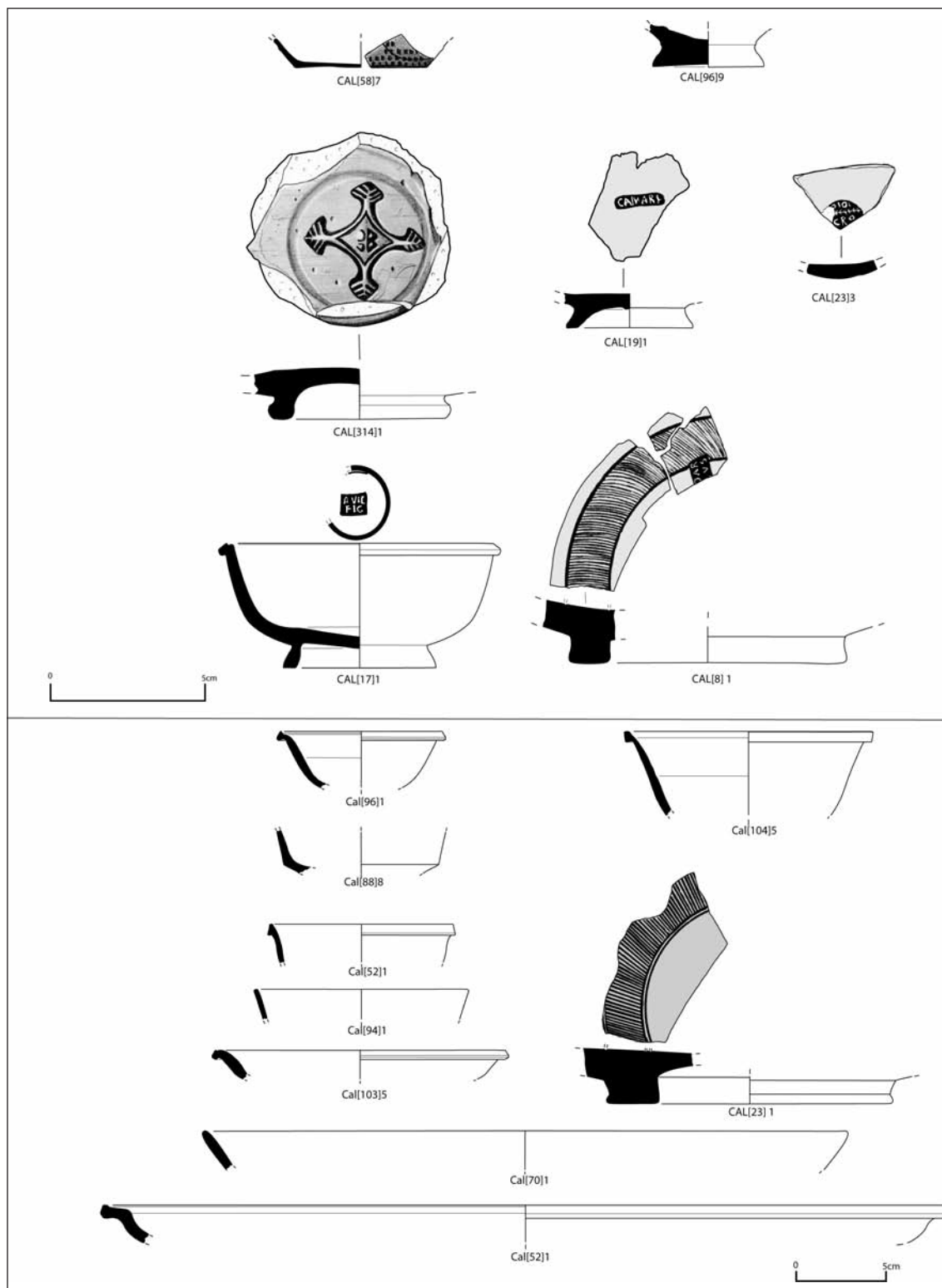


Figura 8. Cerâmica fina de importação (Paredes finas, campaniense e *terra sigillata* de tipo itálico) do fortim do Caladinho.

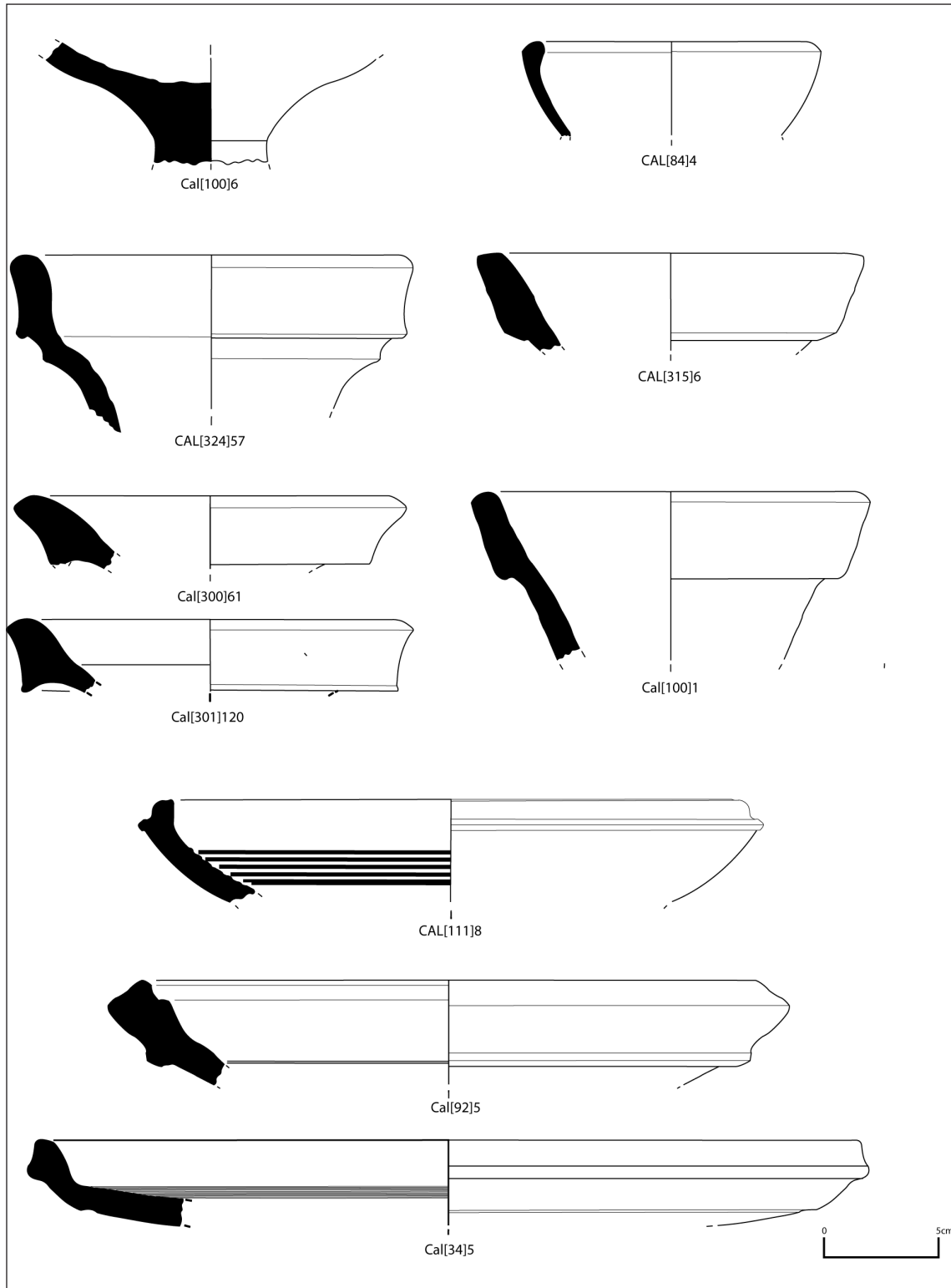


Figura 9. Ânforas, almofarizes e cerâmica comum do fortim do Caladinho.

se do principal afluxo desta cerâmica fina documentado nos contextos urbanos da Lusitânia (Viegas 2003, p. 85), de que destacamos a própria capital *Augusta Emerita* (Jerez Linde 2005: 41), onde as presenças se concentram claramente em formas mais tardias, tardo augustanas e tiberianas, momento onde se conhece o auge desta produção. Contudo, e como seria de algum modo expectável, os principais portos da fachada atlântica, como Santarém (Viegas 2003: 95), Lisboa, se atendermos principalmente aos dados da Sé de Lisboa, sendo os contextos da Praça da Figueira e do Teatro romano mais tardios, (Silva 2005: 284; Sepúlveda e Fernandes 2009), e Alcácer do Sal (Viegas 2003: 99; Sepúlveda *et alii* 2000: 119) traduzem o arranque das presenças num momento claramente mais antigo, talvez mesmo anterior ao início do último quartel do séc. I d.C. Também mais a Sul, eventualmente relacionado com esquemas de distribuição ao longo do Guadiana, a presença destas cerâmicas em Castro Marim parece arrancar em momentos antigos da produção (Viegas 2011: 439).

Por outro lado, este conjunto apresenta grandes semelhanças com o documentado no Castelo da Louisa, situado cerca de 40 km a sudeste do Caladinho, enquadrado na designada fase «clássica» de Goudineau (Carvalho e Morais 2010: 139).

Foram recolhidas quatro marcas, de oleiros distintos e em graus de conservação variados, sendo que apenas duas apresentam uma leitura clara.

A marca radial de DAR/EVS, em cartela rectangular, não permite dúvida, estando associada a um pé espesso de pátera, do tipo *Conspectus* B.1.2 sendo-lhe atribuída uma origem provavelmente de Lyon (OCK 2000: 210, 724), com uma cronologia entre 30-20 a.C., estando documentada apenas uma vez. Esta é uma das raras marcas radiais conhecidas no território actualmente português, atestando a chegada, numa fase relativamente recuada, destas produções à região (Fig. 8, CAL[8]1).

Uma outra marca, associada a uma forma *Conspectus* 14.1 ou Goudineau 13, apresenta-se numa cartela quadrangular, em posição central, podendo ler-se AVIL/FIG (Fig. 8, CAL[17]1). Cremos tratar-se, claramente, de um AVILIVS, ainda que não tenhamos detectado qualquer escravo iniciado por FIG, pelo que lançamos a hipótese de se desdobrar em FIG[VLVS]. As marcas de AVILLIVS (OCK 2000: 152, 371) são frequentes, apresentando diversos escravos, e estando enquadradas entre 20 a.C. – 40 d.C., ainda que nenhuma apresente o mesmo texto que a nossa. Em Portugal estão documentadas

duas marcas [AVIL], nas Represas e na *villa* Cardílio (Silva 2005), ainda que nenhuma idêntica à documentada no Caladinho. No volume XV do CIL, com o n.º 5047 foi já apresentada uma marca em *sigillata* «arretina» idêntica, desenvolvida como AVIL[I] FIG[VLI].³

No *Corpus Vasorum* (OCK) registam-se outros oleiros com a marca FIG, caso de A. TITIVS FIGVLVS (OCK 2000: 439, n.º 2168) com cronologia de 30-15 a.C. ou A.VIBIVS FIGVLVS (OCK, 2000: 479 n.º 2398) com diacronia entre 30-10 a.C., ambos com cronologia recuada, deixando entrever uma cronologia semelhante para a marca aqui em questão.

Uma terceira marca, muito mal conservada, apresenta-se circular, com folha de palma ao centro, não tendo sido encontrado qualquer paralelo directo com as letras visíveis. Cremos que poderá tratar-se de um SCROFULA, eventualmente com um escravo DIO-MEDES, caso já conhecido, mas não com estas características (OCK 2000: 482, n.º 2411) (Fig. 8, CAL[23]3). Todavia, o mau estado de conservação apenas deixa clara a presença de IO na linha superior e S(?)CROF na inferior. A tratar-se desta produção teríamos uma cronologia entre 20-5 a.C., que se enquadraria perfeitamente com a cronologia proposta para este local. Em território actualmente português documentaram-se duas marcas de SCROFULA, em Alcácer do Sal e Lisboa (Silva 2005).

Uma última marca, ainda que bem conservada, não permite a sua leitura clara, estando aposta no centro do que parece ser o pé de uma pequena taça, aparentemente de origem também itálica (Fig. 8, CAL[19]1). Entendemos que poderá ser afim de C. MVRRIVS (OCK 2000: 288, n.º 1203-1044), existindo diversas com uma cartela semelhante, de cantos arredondados; todavia, a leitura não é clara, deixando entender um CAVMVRRR, que não tem qualquer paralelo, ainda que se conheça alguns casos de nexos semelhantes (OCK 2000: 274, n.º 1048), sendo o caso reportado no CIL C.MVRR (Dressel 1899: 731, n.º 5359) o que mais se aproxima da nossa marca, estando igualmente aposta numa *sigillata* de tipo itálico. Outra hipótese de leitura pode ser CAMVRIVS (OCK 2000: 173, n.º 514), mas esta marca não poderia apresentar o RR, que cremos ler,

³ Agradecemos esta informação ao Professor Amílcar Guerra e ao grande instrumento de pesquisa que se chama Google, que rapidamente nos evidenciou esta referência, conhecida desde o séc. XIX, mas ausente das listagens do OCK.

dado que o próprio nome o não apresenta; contudo, como o segundo R é de leitura difícil, achámos por bem levantar a hipótese. Na primeira hipótese, teríamos uma produção que se balizaria entre 1-30 d.C., sendo a segunda hipótese ainda mais tardia, representando um elemento isolado, recolhido no topo da estratigrafia, que poderá antes estar relacionado com qualquer visita pontual, bem posterior ao abandono do sítio.

A cerâmica campaniense é bastante escassa, contando com um fragmento de bordo de uma provável pátera da Forma 5/7 de Lamboglia, do círculo da B.

Além desta surge um fundo de uma produção de pasta cinzenta, com um engobe pouco aderente acastanhado, que deverá enquadrar-se nas produções usualmente atribuídas ao Vale do Guadalquivir (Fig. 8, CAL[314]1). Um dos aspectos mais interessantes deste fragmento é o facto de apresentar a característica decoração em losângulo romboidal, com palmetas, típica das produções calenas tardias (Pedroni 2001: 196), a qual foi já documentada nestas produções de pasta cinzenta, no baixo Guadalquivir (Ventura, 1985, p. 128), tendo sido recentemente enquadrada nos estratos de 50-25 a.C. de Sevilla, prolongando-se a sua presença para momentos mais recentes (Ramos Suárez 2012: 95). No território centro alentejano este motivo surge apostado na típica produção calena, registada no Castelo da Lousa (Delgado 1971: Est.II; Wahl 1985: Abb. 6).

A cerâmica de paredes finas é pouco frequente (Fig. 8, topo), bastante fragmentada, tendo-se reconhecido a presença de produções itálicas e da béticas, além de uma produção bastante característica da tarraconense, atendendo à típica decoração em meandros, de período augustano (López Mullor 2008: 364), já registada no Castelo da Lousa (Morais 2010: 160).

As presenças anfóricas são escassas, todavia, inserem-se dentro do expectável, atendendo ao conjunto já conhecido de superfície (Mataloto 2002: 180; Mataloto 2010: 79).

Nas presenças de superfície não havíamos ainda documentado ânforas originárias da Bética costeira, as quais foram agora identificadas, nomeadamente da forma Dressel 7-11 (Fig. 9, CAL[300]61; CAL[301]120). A cerâmica comum de igual origem, que se encontra atestada, deveria chegar como carga subsidiária destas últimas.

Apesar da presença de um número elevado de fragmentos de bocal de produções do Guadalquivir à superfície, em escavação estas ânforas têm-se revelado modestas, mas dentro dos tipos documentados

anteriormente. As formas desta proveniência foram enquadradas no tipo Haltern 70, contudo, o avanço da investigação destas produções permite-nos hoje afinar a sua atribuição, podendo alguns exemplares de menores dimensões corresponder às designadas Ovóides 4 (Fig. 9, CAL[100]1; CAL[315]6), que parecem anteceder no tempo aquelas produções, principalmente em contextos augustanos antigos (v. estado da questão em García Vargas, Almeida e González Cesteros 2011: 217).

A acompanhar estas produções anfóricas do Guadalquivir parecem chegar, também, almofarizes passíveis de se integrarem na forma 2 de Santarém (Arruda e Viegas 2004: 344) ou na designada 1.^a série dos almofarizes, proposta por Inês Vaz Pinto e Rui Morais (Morais e Pinto 2007: 238), com cronologias que se integram facilmente no último quartel do séc. I a.C., que temos vindo a defender (Fig. 9, CAL[34]5; CAL[92]5). Ainda que as pastas nos recordem as produções do baixo Guadalquivir, com abundantes elementos não plásticos de quartzo, e cor amarela clara, não é absolutamente curial a sua atribuição a esta área produtora.

A par das já mencionadas presenças anfóricas surgem as primeiras produções lusitanas (Fig. 9, CAL[324]57), ainda minoritárias, documentadas desde os níveis mais profundos da estratigrafia. Estas formas surgem claramente com os típicos bordos em fita moldurados e asas curtas, com marcado sulco central (Morais e Fabião 2007).

É de realçar a existência de um fundo de ânfora maciço e espesso (Fig. 9, CAL[100]6), com evidentes semelhanças nos registados nas mais antigas ânforas romanas peninsulares e itálicas, mas de clara origem local, indiciando a produção destes recipientes em contexto manifestamente interior, facto igualmente constatado no Castelo da Lousa (Morais 2010a: 191).

A existência desta produção anfórica é claro indício da transformação que estava a decorrer na produção oleira, e provavelmente agrícola, a nível regional, com a introdução de novas formas de gosto e origem forânea, apontando no mesmo sentido a presença de um almofariz de pastas regionais.

Contudo, a par das novidades que começavam a transformar a olaria local, indiciadoras de mudanças mais profundas, permanecem largamente presentes formas e decorações de tradição aparentemente local, apostas tanto em pequenos recipientes finalmente acabados, usualmente de tons negros, como nos grandes vasos de armazenagem. As decorações de pequenas palmetas, reticulados e mesmo carreti-

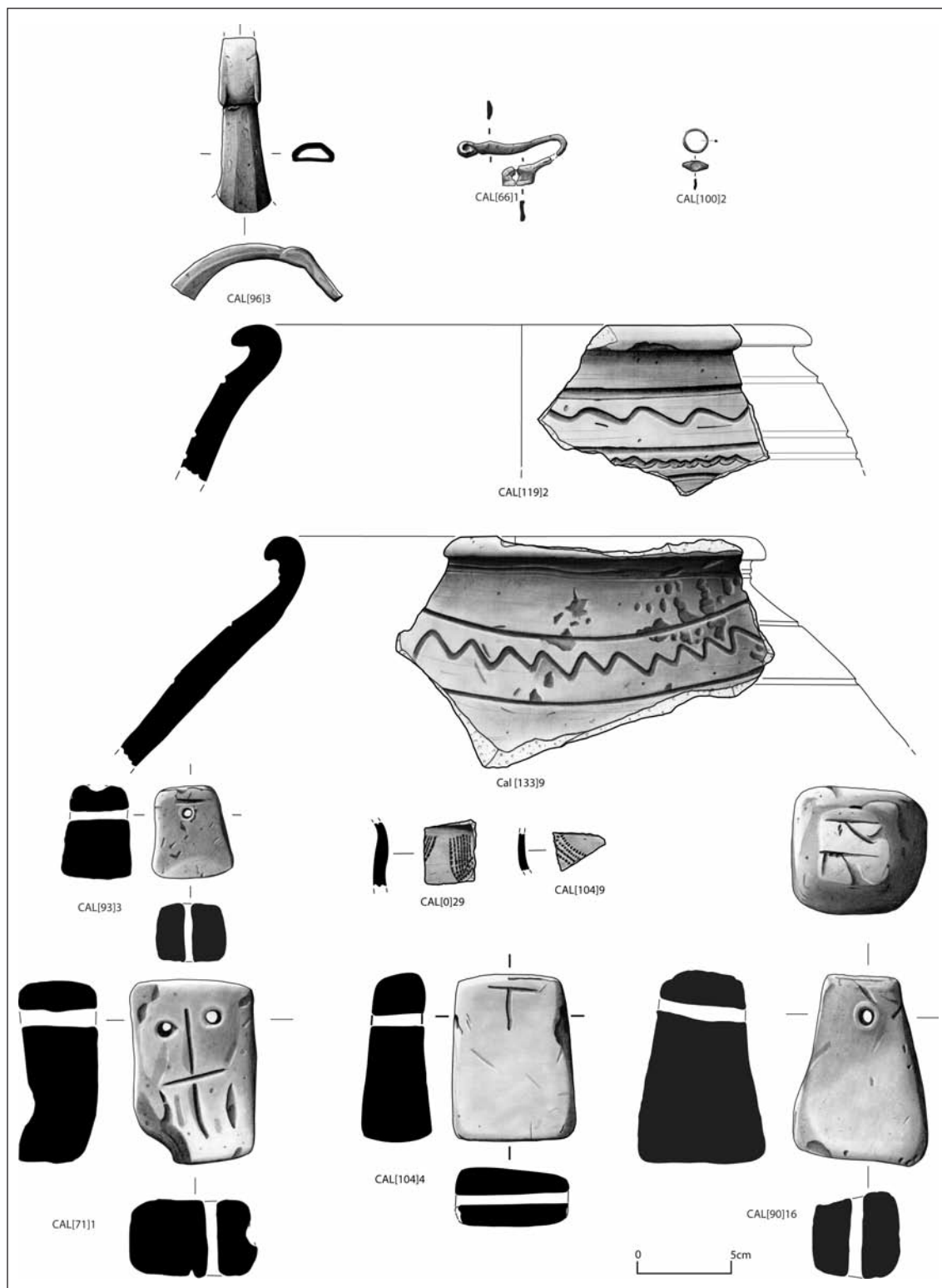


Figura 10. Fíbula e elemento desconhecido em metal; pesos de tear e cerâmica comum decorada do fortim do Caladinho.

lha, típicas das designadas Fases Tardia e Final de L. Berrocal (1992: 116), ainda que possam revelar um gosto e produção local são já, com bastante probabilidade, o resultado da «romanização» dos gostos, ao poderem associar-se a decorações afins que chegavam à região pela via das cerâmicas importadas de tipo paredes finas ou campanienses. A importante presença destas produções e decorações no Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt 2010: 333), indubitavelmente de origem romana, pode de algum modo reforçar esta perspectiva.

Cremos ser ainda relevante assinalar a presença de um conjunto alargado de elementos de tear completos, mais de 50, com pesos e medidas variadas, indiciando uma certa relevância desta actividade no local.

As presenças metálicas são escassas, estando ausente qualquer tipo óbvio de *militaria*.

De destacar apenas o que parece ser uma asa ou puxador de porta (Fig. 10, CAL[96]3), surgido justamente numa área associada ao vão de acesso ao piso superior, além de uma fíbula de esquema La Tene tardia, bastante danificada (Fig. 10, CAL[66]1).

Por último, cremos ser importante assinalar a presença de um numisma, surgindo num piso na base da estratigrafia do Ambiente 4 da Torre que, apesar de se encontrar bastante oxidado, deverá corresponder a uma cunhagem augustana, com rosto à esquerda e coroa de louro no reverso, próxima das cunhagens de *L.I. Ebora, Contributa Iulia* ou *Colonia Patricia*, todas datadas cerca de 12 a.C. Curiosamente, ou talvez não, a cunhagem de *Ebora* foi documentada noutra dos fortins da região, Castelinhos do Rosário, segundo nota avançada por Manuel Heleno num dos seus cadernos. A posição estratigráfica da moeda do Caladinho, [135], integrada num piso que foi pouco depois amortizado por espessos derrubes, deixa entrever a possibilidade do abandono do local se ter efectuado poucos anos depois.

O sítio do Caladinho acompanha, então, na nossa perspectiva, o arranque da verdadeira romanização do campo, com a instalação do aparelho administrativo de Roma na região, simbolizado pela fundação da cidade de Évora provavelmente em 27 a.C., a que se deverá ter sucedido toda uma enorme transformação da estrutura fundiária, de modo a instalar uma sociedade e tecido produtivo romano.

Com a viragem da Era, o sítio parece perder a sua funcionalidade, sendo abandonado de vez, dando lugar a uma nova realidade de apropriação e exploração do território, na órbita do poder urbano de *Ebora* e sob a égide de novos santuários, como o

de Endovélico, que estruturam agora uma paisagem profundamente distinta.

Na região da serra d'Ossa documentou-se um elevado número de fortins, que se distribuem, nas suas variantes (Mataloto 2004), de modo diverso pelo território, sem que se possa, ainda, obter uma leitura global da sua estruturação espacial. A distribuição por tipos segue os traços gerais esboçados nesse trabalho, implantando-se os fortins de tipo torre principalmente em esporões sobre alcantilados rochosos nas principais linhas de água da região (caso do Outeiro Pintado, Rocha de Províncias, Castelinho), situando-se apenas dois sobre o Guadiana —Três Moinho e Pena de Alfange— controlando, a par do fortim de El Pico, já na margem esquerda, a passagem do Guadiana, e a difícil transitabilidade ao longo do Rio.

Os recintos-torre dispersam-se essencialmente nas áreas graníticas, com melhor matéria-prima, vendo-se a sua distribuição principalmente na área nordeste de Évora. Todavia, uma revisão recente do sítio da Horta da Ribeira (Redondo), a pouco mais de 1 km a Poente do Caladinho, permite hoje integrá-lo na categoria dos recintos-torre, depois de inicialmente termos descartado, erroneamente, a sua integração (Mataloto 2002: 218, nota 5), alargando a distribuição destes recintos para Nascente.

Esta malha de dispersão vai-se adensando com o continuar dos trabalhos, permitindo elaborar novas leituras, como as que intentaremos de seguida. Todavia, estamos a trabalhar com sítios de muito curta diacronia, atente-se na proximidade cronológica do Caladinho e da Rocha da Mina, que provavelmente nunca conviveram no tempo, verificamos o arriscado que se torna elaborar leituras globais da distribuição destes sítios, sem uma malha cronológica fina para cada um. Ainda assim, consideramos pertinente elaborar um pequeno exercício que permita entrecruzar as leituras elaboradas com base na distribuição dos fortins. Na envolvente mais próxima da própria Serra d'Ossa encontram-se os fortins do Caladinho, na margem Nascente da planície central do Redondo (Fig. 12), com o recinto-torre da Horta da Ribeira praticamente no seu sopé; na margem Norte da planície, encontra-se o fortim do Monte do Almo; no meio da serra, junto de uma importante portela, está o fortim das Cortes e junto ao Lucefécit, no fundo do vale, está o fortim do Castelinho.

O fortim do Caladinho controla largamente toda a via natural que marginaria a serra pelo lado Sul, encontrando-se o fortim do Monte do Almo claramente junto do entroncamento de caminhos, contro-

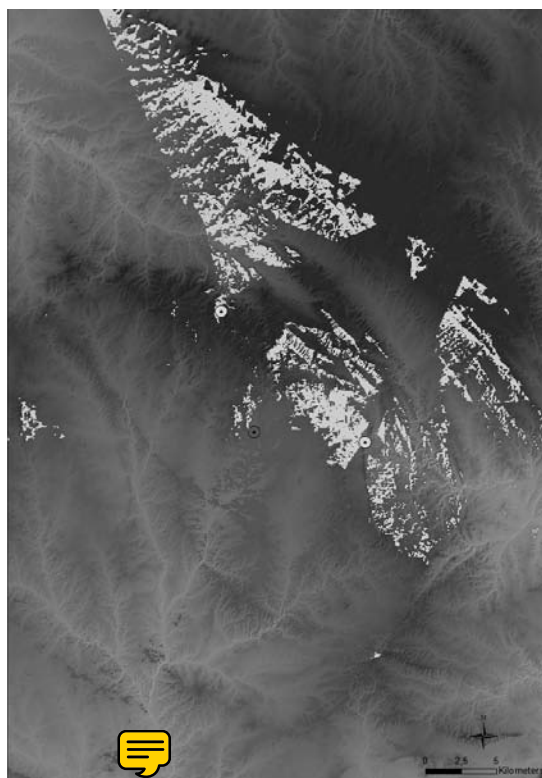


Figura 11. Bacias visuais a partir dos Fortins da Serra d'Ossa. Fortim das Cortes, amarelo; Monte do Atmo, azul escuro; Catadinho, azul claro.

lando o acesso à importante portela das Cortes, a norte, que permitia vencer as elevações da serra (Fig. 11 e 12). Justamente no vale das Cortes encontra-se o fortim homónimo que controlaria esta passagem, que permitiria facilmente aceder à que marginava a serra pelo lado setentrional. O recinto-torre da Horta da Ribeira, situado na planície em frente do Catadinho, implantava-se na adjacência da putativa via que marginava a serra pelo lado Sul. Se este quadro permite compreender a estreita conexão existente entre estes fortins, localizados cerca de 8 km quilómetros entre si, já não permite integrar o fortim do Castelinho, totalmente invisível na paisagem, que controla apenas um troço muito limitado do vale do Lucefécit. Este facto poderá derivar, eventualmente, de questões cronológicas pois, como se viu, num momento imediatamente anterior à instalação do Catadinho, o vale da Ribeira do Lucefécit atraía a ocupação, como se constata com a fundação da Rocha da Mina em meados do séc. I a.C., podendo, portanto, condicionar nesse momento a instalação do fortim do Castelinho. Com o arranque do período

augustano, no último quartel do século, dá-se nova mutação nas tendências, eventualmente derivadas de um novo sentido de estabilidade, que condiciona o abandono da Rocha da Mina, e do próprio vale, concentrando-se a ocupação agora em áreas mais favoráveis em termos produtivos.

4. «... E DAHÍ DESCEO A DAR-LHE BATALHA...»

No séc. XVIII os monges do Convento de São Paulo da serra d'Ossa detinham um grande conhecimento das fontes clássicas, que utilizaram para redigir a *Crónica dos Eremitas da Serra d'Ossa* (Frei Henrique de Santo António 1745), extensa obra de cariz apologético sobre a ordem que haviam fundado na encosta do cabeço de São Gens, a maior elevação da dita serra. Dados a um profundo conhecimento da realidade envolvente, identificaram com segurança vestígios de antigas ocupações muralhadas nas principais elevações da serra, nomeadamente no Alto de São Gens e na «serra» do Castelo Velho, que aproveitaram para ilustrar, e comprovar, os feitos do «caudilho» lusitano nas suas passagens pelo território da sua congregação. Assim, as mais retumbantes vitórias de Viriato sobre os infames romanos haviam sido no sopé da serra pois, refugiado no Monte Vénus,⁴ «...dahí desceo ...» a dar-lhes batalha e a celebrar as vitórias em imponentes altares, como se nota nas muitas antas ...

Se esta visão apologética das origens da poderosa congregação carece, obviamente, de qualquer base séria, não deixa de nos esclarecer sobre a forma como encaramos e interpretamos os vestígios do passado, lendo-os com base na nossa documentação e leitura do território. Deste modo, talvez não andassem tão longe da nossa realidade os monges «da pobre vida» quando interpretaram os vestígios que o passado lhes havia legado. A possibilidade, diversas vezes esgrimida, da localização de *Dipo* na região da serra d'Ossa, nomeadamente em Evoramonte, confere a esta região um papel relevante enquanto palco de diversos episódios bélicos conhecidos no processo de conquista. Todavia, e independentemente da confirmação ou não desta possibilidade, cremos que

⁴ Ainda hoje, na base de dados do Património Arqueológico, esta designação existe associada ao Alto de São Gens com o CNS 1913 ... o mesmo local detém ainda outro CNS com o n.º 424.



Figura 12. Vista geral para Poente, sobre a planície a Sul da Serra d'Ossa, a partir do Caladinho.

a RSO, pela sua posição-chave no contexto das ligações interior-litoral, terá conhecido certamente a movimentação de tropas no contexto do processo de conquista, que ditará, com alguma certeza, a reconfiguração de toda a trama do povoamento indígena existente.

A estrutura do povoamento indígena, originada provavelmente pouco depois dos meados do I milénio a.C., sofrerá uma forte remodelação nos inícios do séc. I a.C., não obstante a centúria anterior ter conhecido também importantes e fugazes movimentações de gentes, que ditaram a reocupação do Castelo Velho da Serra d'Ossa, implantado numa das mais inóspitas e inacessíveis cumeadas da serra. O povoamento rural deverá ter conhecido flutuações importantes, mas manteve-se sempre activo e socialmente relevante, podendo mesmo conhecer um certo florescimento, concomitante com o abandono das principais unidades de povoamento concentrado.

Ainda que na nossa região os dados sejam particularmente escassos, e mudos, cremos, na esteira de Carlos Fabião (1998), que os episódios sertorianos das Guerras Civis deverão ter causado um fortíssimo impacto nalgumas das ocupações da região, como Evoramonte, ditando, aparentemente, o seu abandono por longos anos. Na realidade, se em sítios como o Castelo Velho de Veiros, menos de uma dezena de quilómetros a Norte da área aqui em foco, os dados respeitantes aos meados e segunda metade do séc. I a.C. são fáceis de rastrear (Mataloto e Roque 2012), noutros são particularmente pouco expressivos, como no Monte do Outeiro, no Castelão de Rio de Moinhos ou mesmo em Evoramonte, ainda que neste, tal como em outros situados mais a Sul, do Castelo Velho do Degebe, possamos sem problema antever uma ocupação mais antiga dentro do período republicano. Não cremos particularmente problemático assinalar, então, que diversos destes povoados sofreram um forte revés antes dos meados do séc. I a.C.

Justamente neste momento começam a emergir na região um conjunto de novas instalações que que-

bram totalmente com os modelos de povoamento indígena conhecidos anteriormente. Esta vaga de novas ocupações parece desenvolver-se em duas fases sequenciais, eventualmente separadas por breves anos, onde as convulsões dos episódios cesarianos das Guerras Civis se terão traduzido num recenrar das estratégias para a região, reassumidas após a resolução dos conflitos. Assim, num primeiro momento, eventualmente contemporâneo do exercício de cargos público de César na Ulterior, teríamos o arranque de um processo de instalação de guarnições de fundo militar que representaria a fixação dos primeiros corpos militarizados na região, que teriam nos acampamentos do litoral, como o Alto do Cacos, a sua retaguarda. A presença de guarnições militares no seio de ocupações indígenas, proposta por C. Fabião (2006: 121), seria então substituída pela construção das primeiras instalações fixas de fundo verdadeiramente romano na região, para fins militares, digamos, de «largo espectro» que não estritamente bélico.

Após as convulsões originadas pelas movimentações militares durante as Guerras Civis, empreender-se-ia a continuidade deste processo de apropriação efectiva do território através da disseminação de uma rede complexa de pequenas instalações pluri-funcionais, de tipo fortim, com o propósito de lançar a construção da nova paisagem provincial romana, que se traduziria numa vasta e profunda transformação da estrutura do território e da posse da terra, como bem observou J. Edmonson (1994: 25).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. 1988: *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins, Europa-América.
- ALARCÃO, J. 1999: «Três notas sobre o Alentejo Romano», *Al-Madan*, Série II. Vol. 8, 72-74.
- ALARCÃO, J. 2001: «A localização de *Dipo* e *Evandriana*», *Al-madan*. Série II, 10, 39-42.

- ALARCÃO, J. 2006: «As vias romanas de *Olisipo a Augusta Emerita. Conimbriga*», *Coimbra*. Vol.45, 211-251.
- ALARCÃO, J., CARVALHO, P. y GONÇALVES, A. (eds.) 2010: *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, *Studia Lusitana*, 5, Mérida.
- ALBERGARIA, J., MELRO, S. y RAMOS, A. 2000: «Escavações arqueológicas no Castelo das Juntas (Moura)», (*Era*) *Arqueologia*, Lisboa, *Era/Colibri*, 1, 38-51.
- ALDANA, P., BRAZUNA, S. y GOMES, S. 2003: «El Pico (Cheles). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2003», *Relatório Era 222.03*. Disponible en: <http://www.nia-era.org>.
- ALDANA, P., BRAZUNA, S. y GOMES, S. 2002: «El Pico (Cheles). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2002», *Relatório Era 180.02*. Disponible en: <http://www.nia-era.org>.
- ALDANA, P., BRAZUNA, S. y GOMES, S. 2001: «El Pico (Cheles). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2001», *Relatório Era 138.01*. Disponible en: <http://www.nia-era.org>.
- ALMAGRO-GORBEA, M., RIPOLLÉS, P. y RODRÍGUEZ MARTÍN, F. 2009: «Dipo. Ciudad 'tartésico-turdetana' en el valle del Guadiana», *Conimbriga*, 48, 93-146.
- ALMEIDA, R.R. 2008: *Las Ánforas del Gualdalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. *Aportación al Conocimiento de Los Tipos Minoritarios*. Col.Leció Instrumenta 8. Publications de la Universitat de Barcelona, Barcelona.
- ALONSO SÁNCHEZ, M.A. 1991: «Aplicques Ornamentales de la Caballería Romana», *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 18, 261-274.
- ARRUDA, A.M. y VIEGAS, C. 2004: «Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal)», *SFECAG, Actes du Congrès de Vallauris*, 341-349.
- BERROCAL-RANGEL, L. 1992: *Los Pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica*, Complutum-Extra, 2, Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, L. 1996: «Fortificación, guerra y poblamiento en la Beturia: consideraciones sobre el altar de Capote y la conquista del suroeste», *Revista de Estudios Extremeños*, 52 (II), Mayo-Agosto, 411-440.
- BILLOU, F. 2005: *Sistema viário antigo na região de Évora*, Edições Colibri.
- BUSTAMANTE, M. 2010: *Terra Sigillata Hispánica en Augusta Emerita. Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del subúrbio norte*, Tesis doctoral leída en la Universidad de Cádiz.
- CADIOU, F. 2008: *Hibera in terra miles. Les armées romaines et la conquête de l'Hispanie sous la République (218-45 av. J.-C.)*, Casa Velázquez, Madrid.
- CADIOU, F. y NAVARRO CABALLERO, M. 2010: «Les origines d'une présence italienne en Lusitanie», J.-G. Gorges y T. (eds.) *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier-Ier ap. JC)*, VII Table ronde internationale sur la Lusitanie romaine, 253-292.
- CALADO, M. 1993: *Carta arqueológica do Alandroal*, Alandroal, Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M. 1996: «Recintos ciclópicos do Alentejo central. A Cidade de Évora. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Évora», *Évora, Serie II*, 1, 275-285.
- CALADO, M. 2001: «Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional», *Trabalhos de Arqueologia*, 19, Lisboa: IPA.
- CALADO, M. y MATALOTO, R. 2001: *Carta Arqueológica do Redondo*, Câmara Municipal de Redondo.
- CALADO, M. y ROCHA, L. 1997: «Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central», *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*, Reguengos de Monsaraz, 1, 99-130.
- CALADO, M., MATALOTO, R. y ROCHA, A. 2007: «Povoamento Proto-Histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal)», A. Rodríguez Díaz y I. Pavón Soldevila (eds.) *Arqueologia de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*, Cáceres, 129-179.
- CARVALHO, P. y MORAIS, R. 2010: «*Terra Sigillata* de tipo itálico», J. Alarcão, P. Carvalho y A. Gonçalves (eds.) *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, *Studia Lusitana*, 5, Lisboa, 139-152.
- COSTA, T. y LIBERATO, M. 2007: «Intervenções arqueológicas no Castelo de Evoramonte: síntese de resultados», *Vipasca*, 2, Serie II, 632-642.
- DELGADO, M. 1971: «Cerâmica campaniense em Portugal», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. 2, Coimbra, 403-424.
- DRESSEL, H. 1899: *Inscriptiones urbis Romae latinae. Instrumentum domesticum / Partis posterioris fasciculus I. Pars IV*. Berolini, G. Reimerum.
- EDMONSON, J. 1994: «Creating a Provincial landscape: roman imperialism and rural change in Lusitania», J.-G. Gorges y M. Salinas Frías (eds.) *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats*, Madrid, 13-30.
- ETTLINGER, E. et alii 2002: «*Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*, Dr.

- Rudolf Habelt GMBH, Bonn, (Materialen zur romischgermanischen Keramik, Heft10).
- FABIÃO, C. 1989: *Sobre as ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Cadernos da Uniarq, 1, UNIARQ/INIC, Lisboa.
- FABIÃO, C. 1992: «O Passado proto-histórico e romano», J. Mattoso (ed.), *História de Portugal. Vol. 1: antes de Portugal*, Círculo de Leitores Lisboa, 79-299.
- FABIÃO, C. 1993-94: «O azeite da *Baetica* na *Lusitania*. Conímbriga», *Coimbra*, vols. 32-33, 219-245.
- FABIÃO, C. 1996: «O povoado da Cabeça de Vaia-monte (Monforte)», *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, Nova Série, 11 Lisboa, 31-80.
- FABIÃO, C. 1998: *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje portugueses*, Tesis doctoral leída en la Universidad de Lisboa, vols. 1 y 2, policopiado, Lisboa.
- FABIÃO, C. 2001: «O Povoamento do Sudoeste Peninsular na segunda metade do I Milénio a.C.: continuidades e rupturas», L. Berrocal-Rangel y P. Gardes (eds.) *Entre Celtas e Iberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*, Real Academia de la Historia-Casa de Velázquez, Madrid, 227-246.
- FABIÃO, C. 2006: «The Roman army in Portugal», A. Morillo y J. Aurrecochea (eds.) *The Roman Army in Hispania. An Archaeological Guide*, Universidad de León, León, 107-126.
- FARIA, A. 1999: «Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, Lisboa, 29-50.
- FARIA, A. 2001: «Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vols. 4, 2, Lisboa, 351 - 362.
- FERRER, J., GARCÉS, I., GONZÁLEZ, J., PRINCIPAL, J. y RODRÍGUEZ, J. 2009: «Els materials arqueològics i epigràfics de Monteró (Camarsa, la Noguera, Lleida). Troballes anteriors a les excavacions de l'any 2002», *Quaderns Prehistoria i Arqueologia de Castelló*, 27, 109-154.
- GARCÍA VARGAS, E., ALMEIDA, R. y GONZÁLEZ CESTEROS, H. 2011: «Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización», *SPAL*, 20, 185-283.
- GIBSON, C., CORREIA, V.H. y BURGESS, C. 1998: «Alto do Castelinho da Serra (Montenor-o-Novo, Évora, Portugal) A Preliminary Report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval Site, 1990-93», *Journal of Iberian Archeology*, Porto, 0, 191-244.
- GOMES, S., MACEDO, M. y BRAZUNA, S. 2000: «Apresentação dos Trabalhos Arqueológicos de 1997 na villa de Santa Vitória do Ameixial. (era)», *Arqueologia*, 1, Lisboa, 52-67.
- GONÇALVES, A. y CARVALHO, P. 2004: «Intervención arqueológica en el Castelo da Losa (1997-2002): resultados preliminares», P. Moret y T. Chapa (eds.) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas (s. II a.de. C.-S. I d. de C.)*, Casa de Velázquez-Universidad de Jaén, 65-76.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C., ADROHER AUROUX, A. y LÓPEZ MARCOS, A. 2001: «El Cardal (Ferreira), una explotación minera de los siglos III y II a.C. en las laderas de septentrionales de Sierra Nevada (Granada)», *Florentia Illiberitana*, 12, 199-220.
- GONÇALVES, A., MORÁN, E., POSSELT, M. y TEICHNER, F. 1999: «New aspects of the romanization of the Alto Alentejo (Portugal): evidence from a geophysical and archeological survey at the Monte da Nora (Terrugem)», *Arqueologia*, 24, Porto, 101-110.
- GRAU ALMERA, E. y DUQUE ESPINO, D. 2007: «Los paisajes rurales protohistóricos: una síntesis arqueobotánica», A. Rodríguez Díaz y I. Pavón Soldevila (eds.) *Arqueología de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*, Cáceres, 297-325.
- GUERRA, A. 2010: «A propósito dos conceitos de 'Lusitano' e 'Lusitânia'», *Serta Palaeohispanica J. de Hoz. Palaeohispanica*, 10, 81-98.
- HENRIQUE DE SANTO ANTÓNIO (Frei) 1745: *Crónica dos Eremitas da Serra de Ossa*, Officina de Francisco da Silva, Lisboa.
- JEREZ LINDE, J. (ed.) 2005: *La Terra Sigilata Itálica del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida*, Cuadernos Emeritenses, 29, Mérida.
- LÓPEZ MELERO, R. y SÁNCHEZ ABAL, J.L. y GARCÍA JIMÉNEZ, S. 1984: «El Bronce de Alcántara. Una Deditio de 104 a.C.», *Géron*, 2, 264-323.
- LÓPEZ MULLOR, A. 2008: «Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica e islas Baleares», D. Bernal y A. Ribera (coords.) *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, Universidad de Cádiz, Cádiz, 343-383.
- MATALOTO, R. 2002: «Fortins e Recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da 'romanização' dos campos», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5.1, 161-220.

- MATALOTO, R. 2004: «Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C.», P. Moret y T. Chapa (eds.) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas (s. II a.de. C.-S. I d. de C.)*, Casa de Velázquez-Universidad de Jaén, 31-54.
- MATALOTO, R. 2004a: *Um 'monte' da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no 1º milénio a.C. do Alentejo Central*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- MATALOTO, R. 2010: «Do campo ao Ager: povoamento e ocupação rural pré-romana do Alentejo Central e a sua romanização», V. Mayoral Herrera y S. Celestino Pérez (coords.) *Los paisajes rurales de la romanización: Arquitectura y explotación del territorio*, La Ergástula, Madrid, 59-88.
- MATALOTO, R. y ALVES, C. 2008: *Relatório da Campanha 1/2008 em Evoramonte*, Policopiado.
- MATALOTO, R., ALVES, C. y CARVALHO, C. 2007: «De Serra em Serra - instabilidade e conflito no final da Idade do Ferro do Alentejo Central», *Vipasca*, 2, Serie II, 242-249
- MATALOTO, R. y ROQUE, C. 2012: «Um regresso, de passagem, ao Castelo Velho de Veiros», *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Península*, Almodôvar, 669-685.
- MAYET, F. y SCHMITT, A. 1997: «Les amphores de São Cucufate (Beja)», F. Mayet y R. Étienne (eds.) *Itinéraires Lusitaniens*, E. de Boccard, Paris, 71-109
- MORAIS 2010: «Cerâmica de paredes finas», J. Alarcão, P. Carvalho y A. Gonçalves (eds.) *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, *Studia Lusitana*, 5, Lisboa, 153-172.
- MORAIS 2010a: «Ânforas», J. Alarcão, P. Carvalho y A. Gonçalves (eds.) *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, *Studia Lusitana*, 5, Lisboa, 181-217.
- MORAIS, R. y FABIÃO, C. 2007: «Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica», *Cetariae 2005. Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad*. *BAR International Series* 1686, Oxford, 127-133.
- MORAIS, R. y PINTO, I. 2007: «Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território português», *Cetariae. Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad*, *BAR International Series* 1686, Oxford, 235-254.
- MORET, P. 2010: «La Lusitanie d'Artémidore», *Palaeohispanica. Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*, 10, 113-131.
- ÑACO DEL HOYO, T. y Principal, J. 2012: «Outposts of integration? Garrisoning, Logistics and Archaeology in North-eastern Hispania, 133-82 BC», S. Roselaar, *Processes of Integration and Identity Formation in the Roman Republic*, Leiden-Boston. Brill, 161-177.
- NORTON, J. , CARDOSO, J.L. y CARVALHOSA, A. 2006 : «Ânforas do Vale do Guadiana: o material da 'Cidade das Rosas' no Museu de Serpa», *Setúbal Arqueológica*, Vol. 13, 225-232.
- NUNES, J. C., FABIÃO, C. y GUERRA, A. 1988: *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Museu Regional de Arqueologia, Arganil.
- OCK- OXÉ, A., COMFORT, H. y KENRICK, P. 2000: *Corpus Vasorum Arretinorum* (2.^a ed., revisada y ampliada), Dr. Rudolf Habelt GMBH, Bonn.
- PEDRONI, L. 2001: *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*, Petrucci, Nápoles.
- PÉREZ MACÍAS, J. A. 1997: «San Sixto (Encinasola, Huelva). El Oro e el Moro», *XI Jornadas de Património de la Sierra de Huelva*, 249-270.
- PÉREZ VILATELA, L. 2000a: *Lusitania: historia y etnologia*, Bibliotheca Archaeologica Hispana, 6, Real Academia de la Historia, Madrid.
- PÉREZ VILATELA, L. 2000b: «De la Lusitania independiente a la creación de la provincia», *Sociedad y Cultura en la Lusitania romana*, IV Mesa Redonda Internacional, Mérida, 73-84.
- PINTO, I. y LOPES, C. 2006: «Ânforas das villae romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora)» *Setúbal Arqueológica*, Vol. 13, 197-224.
- PINTO, I. y SCHMITT, A. 2010: «Cerâmica comum», J. Alarcão, P. Carvalho y A. Gonçalves (eds.) *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, *Studia Lusitana*, 5, Lisboa, 219-443.
- PIMENTA, J., HENRIQUES, E. y MENDES, H. 2012: *O acampamento romano do Alto dos Cacos (Almeirim)*, Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- QUARESMA, J.C. y CALAIS, C. 2005: «S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augustana e júlio-claudiana», *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol. 8, 2, 429-447.
- RAMOS SUÁREZ, M.J. 2011: «Imitaciones de cerámica de barniz negro procedentes de las excavaciones del Patio de Banderas del Real Alcazar de Sevilla: estudio tipológico», *SPAL*, 20, 89-106

- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (Dir.), 1991: *La Ermita de Belén (Zafra, Badajoz) Campaña 1987*, Editorial Regional de Extremadura, Mérida.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. y ORTIZ ROMERO, P. 1986: «Avance a primera campaña de excavación en el Recinto-Torre de Hijovejo (Quintana de la Serena). El sondeo núm. 2», *Norba*, 7, 25-41.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. y ORTIZ ROMERO, P. 1989: «Poblamiento prerromano y recintos ciclopeos de la Serena, Badajoz», *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 17, 45-65.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. y ORTIZ ROMERO, P. 2003: «Defensa y territorio en la Beturia: castros, oppida y recintos ciclópeos», A. Morillo, F. Cadiou y D. Hourcade (eds.) *Defensa y território en Hispania de los Escipiones a Augusto*, León-Madrid, 219-251.
- ROLDÁN, J.M. 1985: «La Guerra Civil entre César e Pompeyo (49-31 a.C.)», J.M. Blázquez *et alii*, *Historia de la España Antigua, II España Romana* (2.ª ed.), Catedra, Madrid, 155-174.
- SEPÚLVEDA, E., FARIA, J. y FARIA, M. 2000: «Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 1: terra sigillata», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vols. 3, 2, 119-152.
- SEPÚLVEDA, E. y FERNÁNDEZ, L. 2009: «As marcas em terra sigillata de tipo itálico do teatro romano de Lisboa (campanhas 2005/2006)» *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vols. 12, 1, 139-168.
- SILVA, R. B. 2005: *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)*, Disertación para la obtención del Grado de Máster en Arqueología (especialidad en Arqueología Urbana).
- SOARES, J. y SILVA, C.T. 1973: «Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal)», *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)*, vol. 1, Lisboa, 245-305.
- TEICHNER, F. 2008: *Zwischen Land und Meer: Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Studia Lusitana, 3, Mérida.
- TEICHNER, F. y SCHIERL, T. 2009: «Zur akkulturation des westens der iberischen halbinsel am beginn der römischen kaiserzeit: das beispiel des Monte da Nora (Terrugem, Portugal)». A. Morillo, N. Hanel y E. Martín (eds.), *Limes XX. Actas del XX Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana*, Anejos de Gladius 13, Madrid, 301-314.
- ULBERT, G. 1984: *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*, Madrider Beiträge, 11, Mainz.
- VASCONCELOS, J. L. 1918: «Antigualhas de Evoramonte», *O Archeólogo Português*, 23, 78-81.
- VENTURA MARTÍNEZ, J.J. 1985: «La cerámica campaniense 'C' y pseudocampaniense de pasta gris en la provincia de Sevilha», *Lucentum*, Alicante, 125-132.
- VIEGAS, C. 2003: *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio*, Trabalhos de Arqueologia, 26, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- VIEGAS, C. 2011: *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Série estudos e Memórias, Cadernos da Uniarq, 3, UNIARQ/INIC, Lisboa.
- WAHL, J. 1985: «Castelo da Lousa: Ein Whergeöft Caesarich-Augusteischer Zeit», *Madrider Mitteilungen*, 26, 150-176.